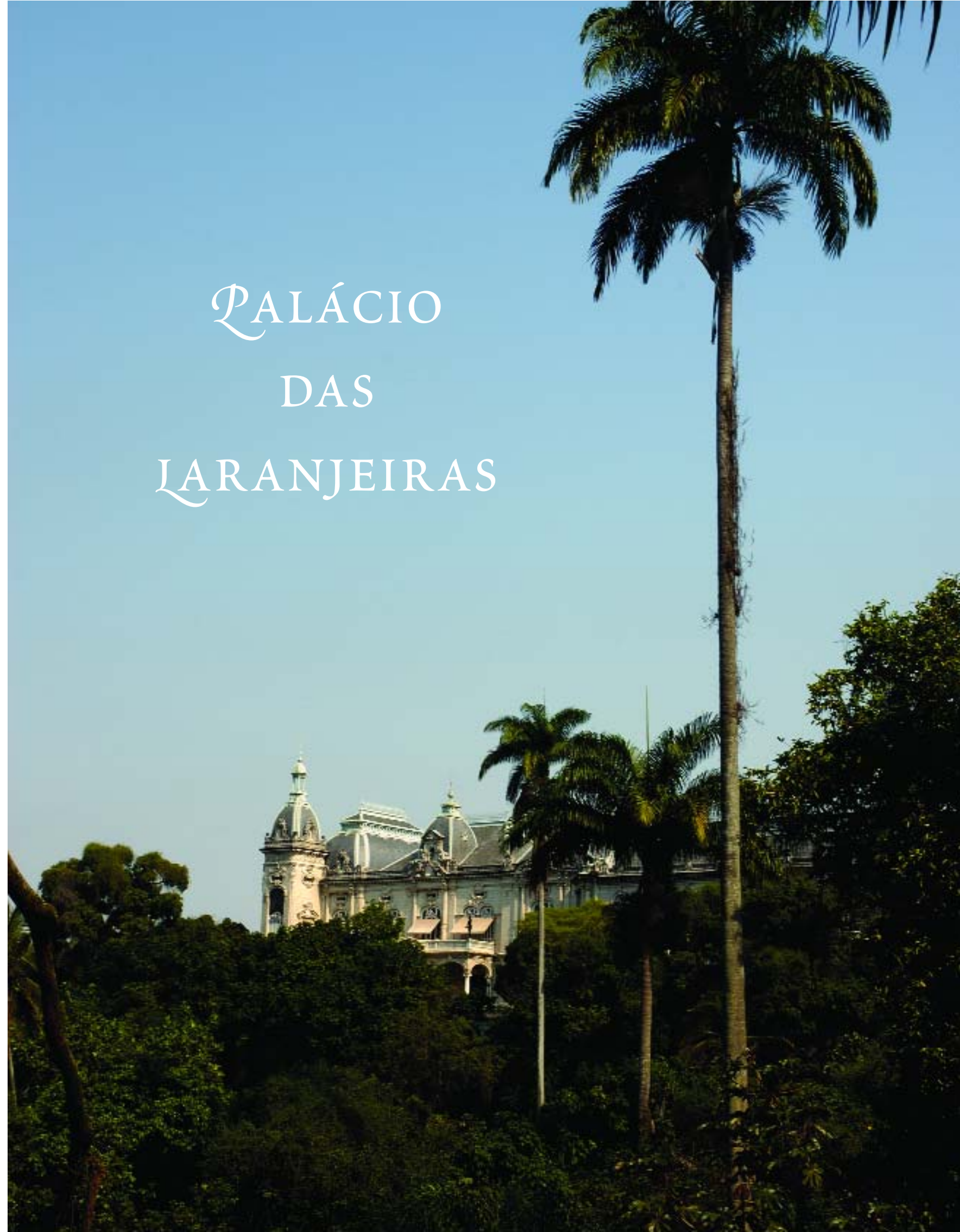


PALÁCIO
DAS
LARANJEIRAS



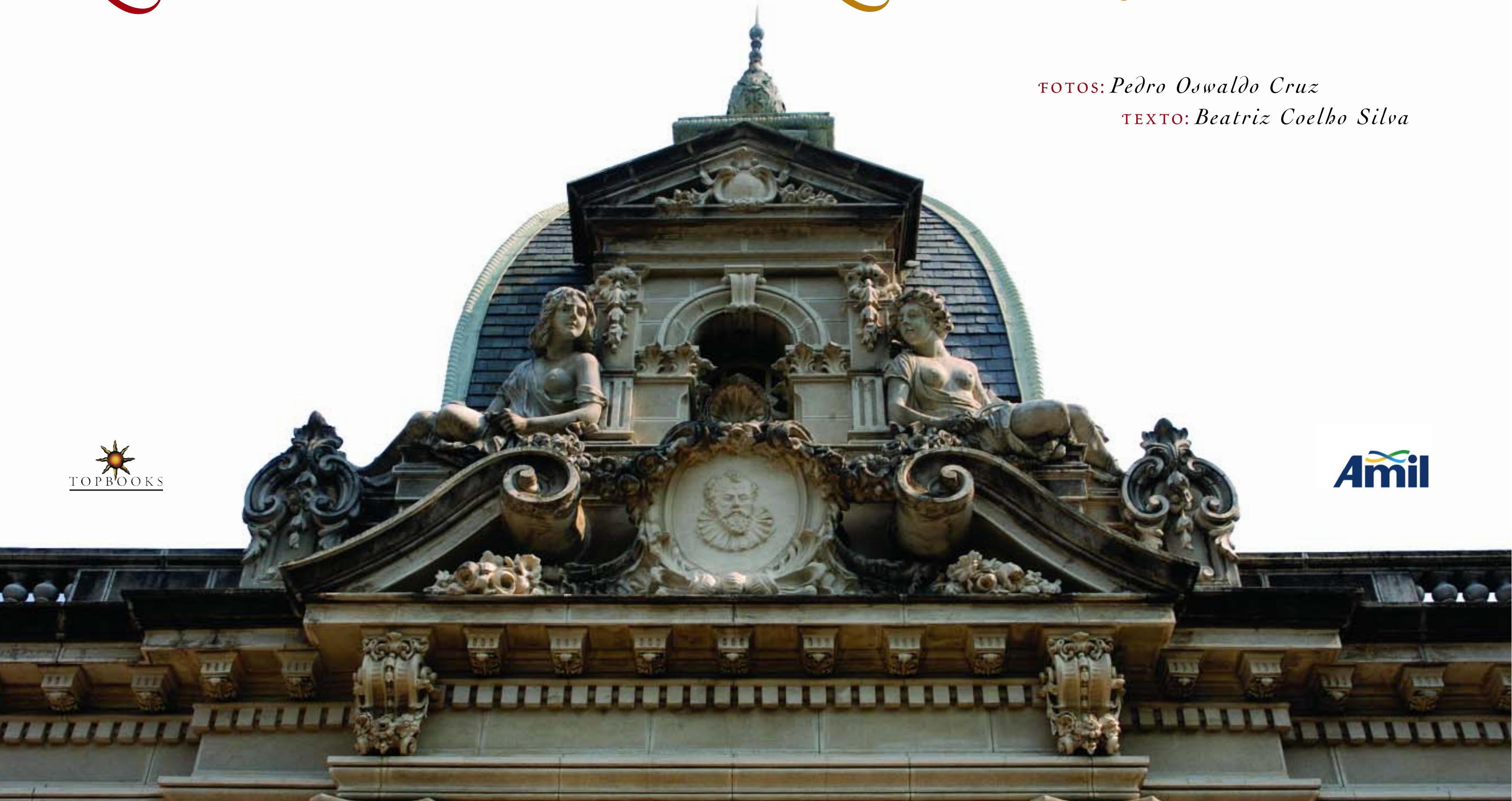


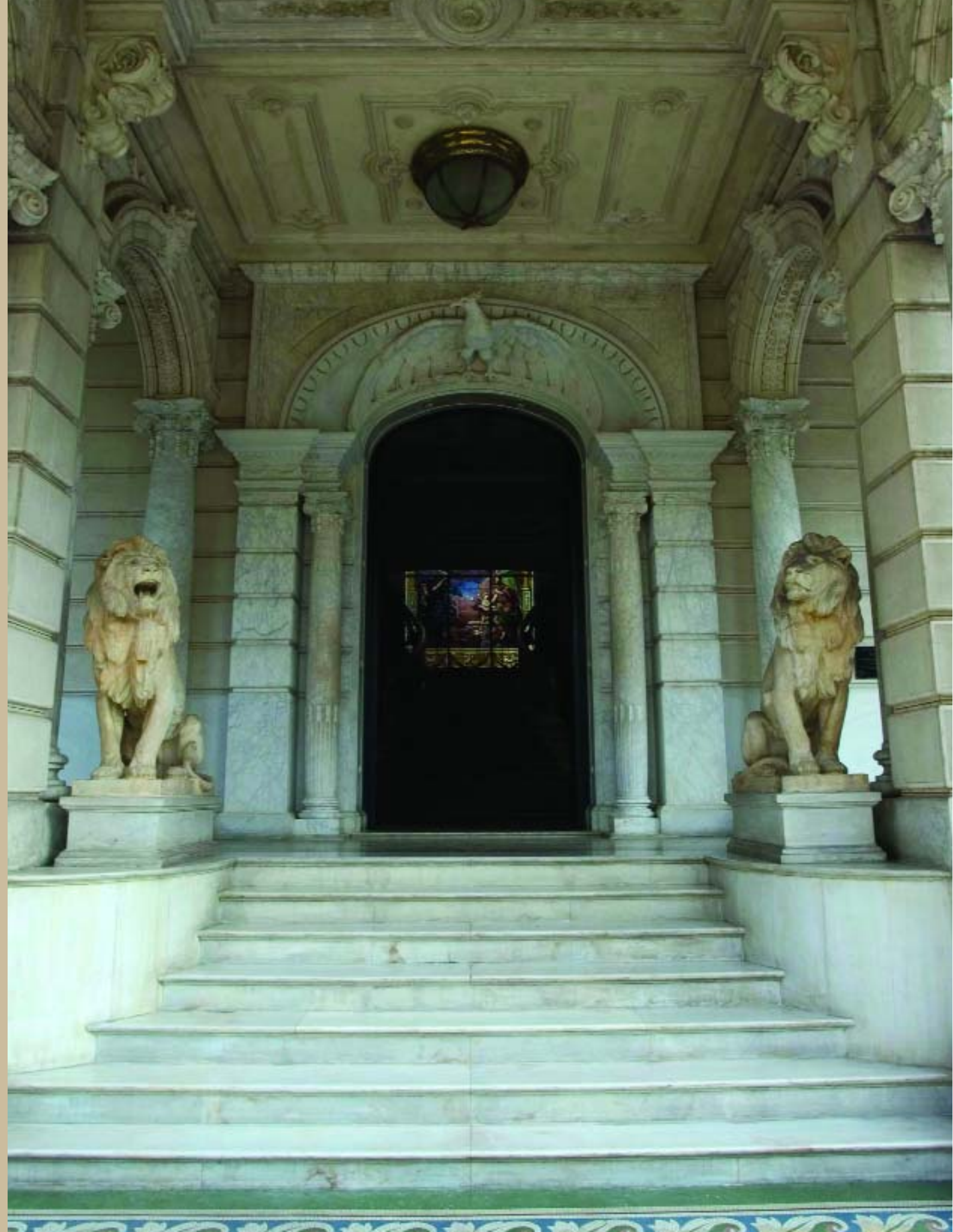


PALÁCIO DAS LARANJEIRAS

FOTOS: *Pedro Oswaldo Cruz*

TEXTO: *Beatriz Coelho Silva*





José Mario Pereira
Editor

Christine Ajuz
Editora-assistente

Pedro Oswaldo Cruz
Fotos

Beatriz Coelho Silva
Texto

Elvyn Marshall
Tradução para o inglês

Miriam Lerner
Design

Ricardo Cota
*Coordenador de Comunicação
Social do Estado*

Edgar Arruda
Dulce Janotti
Sandra Carijó
*Projetos Especiais da Coordenadoria
de Comunicação do Estado*

Clarissa Thomé
Pesquisa de imagens

Ivna Holanda
Revisão técnica

PATROCÍNIO







Apresentação

17

CAPÍTULO 1

O recanto da aristocracia carioca

18

CAPÍTULO 2

Luxo e conforto para visitantes ilustres

26

CAPÍTULO 3

Palco de importantes decisões políticas

38

CAPÍTULO 4

A casa dos governantes fluminenses

64

CAPÍTULO 5

Requinte francês na Cidade Maravilhosa

72

English version

202



Nobre cenário de nossa História

Este livro consagra o apreço do governo do Rio de Janeiro pelo Palácio das Laranjeiras, patrimônio da história republicana nacional. As páginas a seguir têm como objetivo realçar seus maiores atrativos, e permitir que o leitor conheça, além da beleza do prédio quase centenário, muito de seus aspectos históricos e de sua representação simbólica, não apenas para o estado como para todo o Brasil.

A sensação que se tem ao entrar ali é a de respirar história. Em meio à imponência da arquitetura e do mobiliário do palácio, onde se misturam estilos clássicos franceses, como o Luís XV e o Luís XVI, impossível esquecer que em suas dependências ocorreram vários episódios significativos da política brasileira.

Lá morou o presidente Juscelino Kubitschek enquanto a nova capital – Brasília – era construída, e em seus salões foram recepcionados chefes de governo de diversas nações, assim como o papa João Paulo II. Foi no Laranjeiras que João Goulart viveu a angústia de seus últimos dias de governo antes do golpe militar. E na mesa da sala de jantar em que, em dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº. 5, de triste memória, seu corpo foi velado um ano depois.

A preservação do Palácio das Laranjeiras é, portanto, um ato de respeito. Trata-se de um bem tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e seus cuidados seguem à risca as especificações técnicas. Deve-se fazer justiça ao rigoroso trabalho de restauração do prédio, no início da década de 1980, realizado por iniciativa de dona Zoé Chagas Freitas, à época primeira-dama do estado.

Já tive a oportunidade de freqüentar o palácio em diversas situações: como cidadão, como presidente da Assembléia Legislativa e agora como governador. E, com a consciência da responsabilidade a mim entregue pela população do Rio de Janeiro, posso assegurar que o Palácio das Laranjeiras, na minha gestão, terá preservada sua bela arquitetura, externa e interna, e será palco somente de eventos que honrem a liberdade e os valores democráticos.

SÉRGIO CABRAL

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. *O recanto da aristocracia carioca*

fazer legenda
desta pág e da
pág ao lado

(bem curtas)

Laranjeiras é um dos bairros mais antigos do Rio de Janeiro, e isso se deve em grande parte ao rio Carioca, que o atravessa, vindo do Corcovado até desaguar na baía de Guanabara, seguindo o trajeto da rua principal, com o mesmo nome do bairro. No início do século XVI, antes da fundação da cidade, sua foz chamava-se Aguada dos Marinheiros porque eles se abasteciam ali com água doce de excelente qualidade; alguns chegavam a subir até próximo de sua nascente, na área hoje chamada de Paineiras.

Não se sabe ao certo a origem do nome Laranjeiras. O historiador e arquiteto Nireu Cavalcanti, autor do livro *O Rio setecentista*, descarta relação com a árvore frutífera por não se ter registro de sua existência na área, embora haja documentos identificando a região como Laranjeiras desde 1724. Até o século XIX, não vivia no bairro nenhuma família com esse sobrenome; além disso, outras localidades brasileiras são assim chamadas sem que nelas se cultive laranjas. A hipótese mais provável é a semelhança entre aquelas terras e o bairro Laranjeiras de Lisboa: ambos ficam perto do centro da cidade e têm colinas que deslizam em direção ao mar.

Até meados do século XVIII, os moradores do Rio, concentrados onde hoje é o centro da cidade, buscavam água potável no rio Carioca.





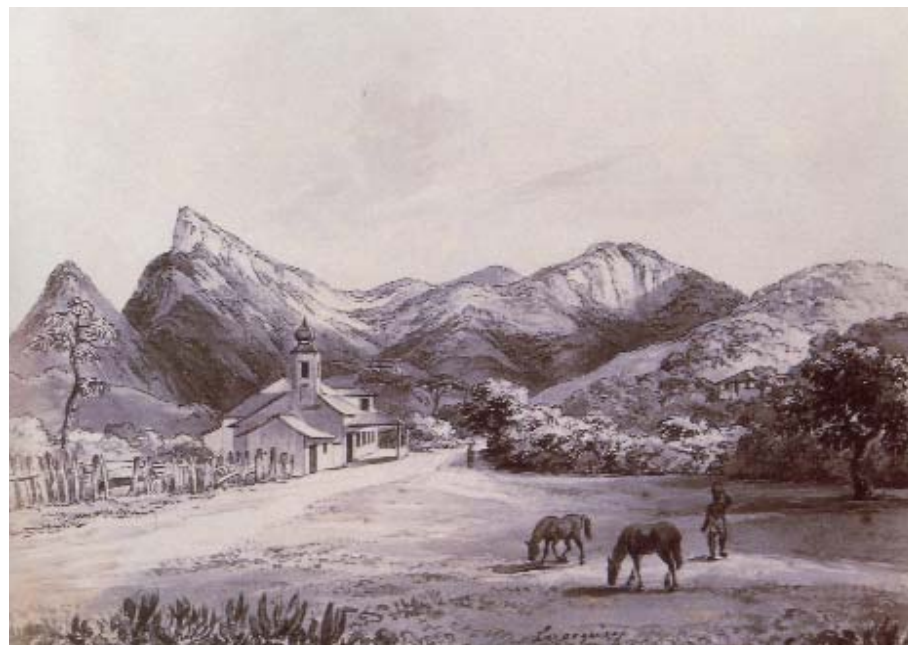
D. Carlota Joaquina (detalhe). Aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret, S.d. (MEA 3645)

D. Carlota Joaquina (detalhe). Aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret, S.d. (MEA 3645)

Agricultura, criação de animais ou construção de casas junto a suas margens eram proibidas, para não contaminá-lo. Mas a elite da época já havia chegado. Um dos pioneiros foi o ouvidor da cidade, Domingos Monteiro, comerciante de Santos que recebeu uma sesmaria, do Largo do Machado à Rua Pinheiro Machado, em 1565, na fundação do Rio de Janeiro. Deveria explorá-la e pagar imposto às Câmaras Municipais. A doação era estratégia do governador Mem de Sá para povoar a cidade e evitar que os franceses a tomassem.

Em meados do século XVII, o bairro estava dividido em 12 chácaras, que iam das margens do rio aos cumes dos morros. A partir de 1750, quando o aqueduto sobre os Arcos da Lapa levou água da nascente do Carioca para o Centro, o leito do rio não precisava mais ser preservado e a população da região cresceu, com a subdivisão das sesmarias em terrenos menores alugados a terceiros. Laranjeiras era uma região próxima, mas sem o burburinho e a insalubridade do centro da cidade.

Em 1808, a princesa Carlota Joaquina, mulher de dom João VI, comprou à família Carvalho de Sá uma chácara que ia da atual Rua do Catete à entrada do Túnel Santa Bárbara. Alguns nobres foram morar perto dela, que ao ir embora, em 1821, não havia pagado as terras. O proprietário conseguiu reaver parte da área e leiloou o atual Largo do



O bairro de Laranjeiras. Obra de Karl Friedrich Philipp von Martius, 1817. Coleção Hans von Martius, Munique, Alemanha.

O bairro de Laranjeiras. Obra de Karl Friedrich Philipp von Martius, 1817. Coleção Hans von Martius, Munique, Alemanha..



Machado para pagar as benfeitorias feitas pela rainha. Ele também cedeu um terreno para a construção de uma capela, origem da Igreja de Nossa Senhora da Glória. Com esse loteamento, abriu-se a Rua das Laranjeiras e a área se urbanizou. A família Carvalho de Sá foi morar na colina onde hoje está o palácio, numa casa térrea um pouco abaixo da atual construção. Tinha como vizinha a filha do imperador dom Pedro I com a marquesa de Santos, Maria Isabel Alcântara Brasileiro, casada com Pedro Caldeira Brant, conde de Iguazu – evidência da nobreza do bairro.

Em meados do século XIX, os Carvalho de Sá venderam a propriedade ao cônsul da Inglaterra, que, como outros estrangeiros, procurava o clima ameno e o contato com a natureza. Na segunda metade do século, quando a princesa Isabel e o conde d'Eu foram morar no atual Palácio Guanabara, também chegaram os nobres e os ricos empresários. A chácara de Carvalho de Sá, cujo terreno ia até o alto do morro (onde a água passava a verter na direção contrária), teve vários proprietários até ser comprada, nos anos 1890, pelo conde Sebastião Pinho, que a venderia a Eduardo Guinle na primeira década do século XX.

Os Guinle, descendentes de franceses vindos do Rio Grande do Sul, já tinham expressão na vida carioca, como empresários. O patriarca, Eduardo Palassim Guinle, chegou jovem ao Rio de Janeiro, casado com Guilhermina Coutinho Guinle, e seu primeiro filho a vingar, também Eduardo, nasceu em 1878, num sobrado na Rua da Quitanda, no Centro, sobre a loja Aux Tuilleries, onde o pai vendia artigos da Europa. Os negócios prosperavam e, na década de 1900, o patriarca construiu uma casa em Botafogo, até hoje pertencente à família. Eduardo, o primogênito, formou-se em 1896 na Escola Politécnica do Rio e viajou à Europa pouco antes do fim do século XIX. Voltou cheio de idéias e ideais, e se lançou em variados empreendimentos. Casou-se com Branca de Paula Ribeiro em 1905 e teve três filhos: Evangelina, Eduardo e César.

A historiadora Marieta de Moraes Ferreira, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, ressalta que Eduardo Guinle se envolvia em negócios inovadores. Na biografia de seu pai, escrita em 1983, César Guinle confirma que o avô e o pai discordavam às vezes, o mais jovem



Segundo a neta Maria Tereza, dona Branca Guinle era linda, elegante e reservada. Embora soubesse o valor do acervo de sua casa, não se importava com aquele luxo.

Segundo a neta Maria Tereza, dona Branca Guinle era linda, elegante e reservada. Embora soubesse o valor do acervo de sua casa, não se importava com aquele luxo.

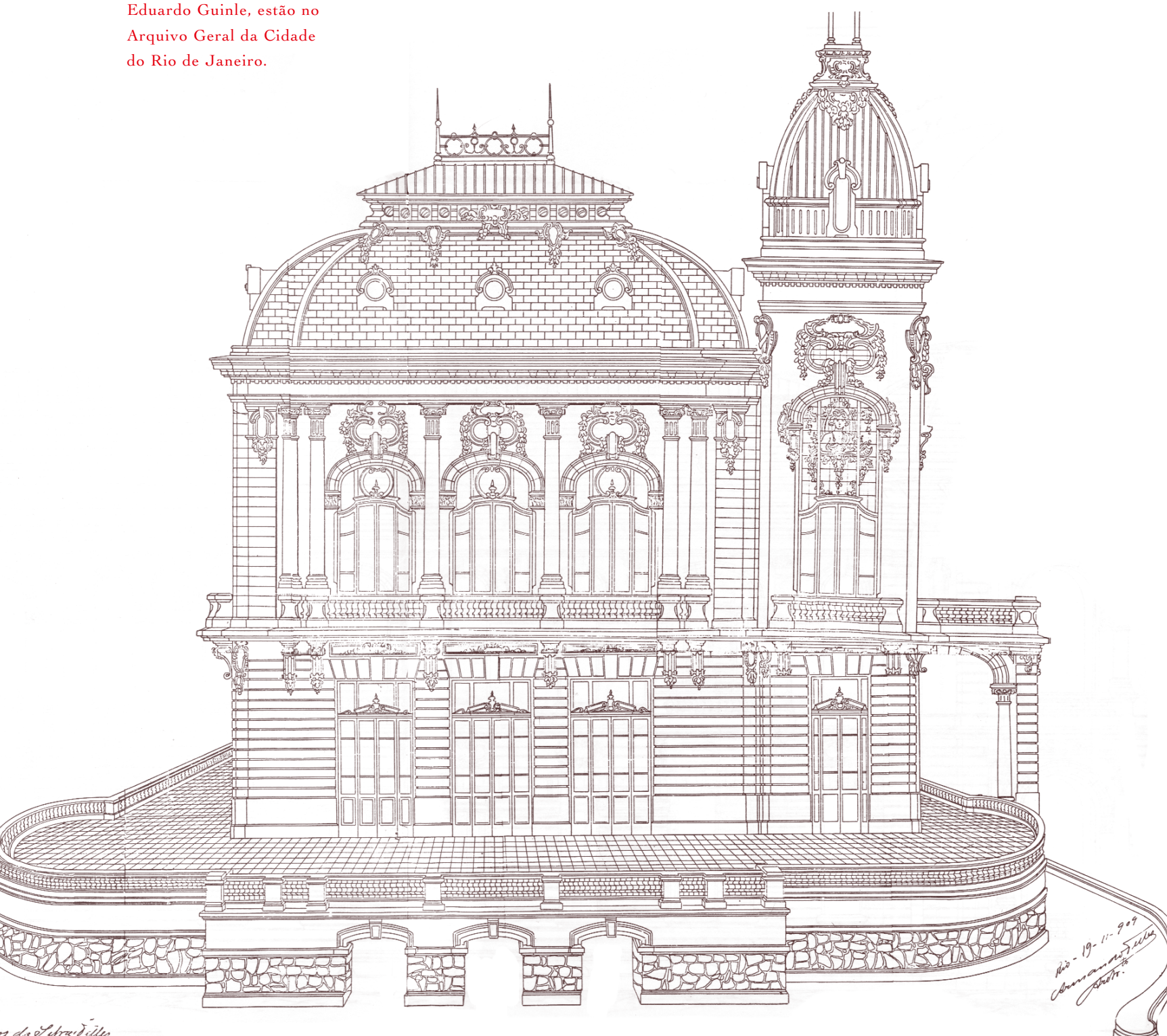


As plantas do Palácio das Laranjeiras, assinadas pelo arquiteto Armando Carlos da Silva Telles e pelo seu proprietário, Eduardo Guinle, estão no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

As plantas do Palácio das Laranjeiras, assinadas pelo arquiteto Armando Carlos da Silva Telles e pelo seu proprietário, Eduardo Guinle, estão no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

querendo arriscar e o outro preferindo manter posições conquistadas. Eduardo filho investiu em transporte, energia elétrica, agricultura, mineração e outros ramos, e teve vida financeira instável. “Era um pioneiro, com idéias muito avançadas. Pretendia fazer coisas nunca aceitas, e outras que, infelizmente, não se concretizaram”, diz a embaixatriz Maria Tereza Castello Branco, neta mais velha de Eduardo Guinle.

A construção do Palácio das Laranjeiras é evidência desses altos e baixos. Do terreno escolhido via-se boa parte da Baía de Guanabara, o Morro da Urca e o Pão de Açúcar. O jovem empresário demoliu a anti-



ga casa de Carvalho de Sá para construir outra tão suntuosa quanto a do conde de Nova Friburgo (hoje Palácio do Catete) ou a que fora da princesa Isabel (Palácio Guanabara), que ficam perto. O projeto foi encomendado ao arquiteto Armando Carlos Silva Telles, o mesmo da casa de seu pai, em Botafogo – ambas inspiradas nas *villas* mediterrâneas, aqui chamadas de palacetes.

Foram quatro anos de obras, tempo em que as finanças de Eduardo Guinle entraram em ritmo de montanha-russa. A mãe dele, dona Guilhermina, emprestou 4.357:308\$499 Rs (quatro mil trezentos e cinquenta e sete contos, trezentos e oito mil quatrocentos e noventa e nove réis – cerca de 1 milhão de dólares à época), mas perdoou a dívida em 1919. Ainda que ali se encontrem valiosas peças do escultor Georges Gardet, do mestre-organeiro Aristide Cavaillé-Coll e de outros importantes artistas da belle époque, sonhava-se com mais requinte. César Guinle conta em seu livro que fontes, tanques e cascatas ficaram por fazer, mas pelo menos metade do projeto original de Silva Telles foi concretizada.

Apesar de viver em meio a tal suntuosidade, a família tinha uma vida pacata porque Branca Guinle era avessa a festas, muito católica e voltada para obras sociais. “Ela era linda, porém reservada. Embora soubesse valorizar o acervo que tinha em casa, não se importava com luxo. Meu avô deve ter dado bailes e jantares, mas estas festas não eram alvo de comentários, não ficaram na memória da família”, lembra Maria Tereza, que morou no Laranjeiras com a avó dos 12 aos 18 anos porque sua mãe, Evangelina, ficara viúva e se casara de novo. A única filha de Branca e Eduardo Guinle entraria na história ao viver Alaíde, a principal personagem da peça *Vestido de noiva*, com a qual o dramaturgo Nelson Rodrigues e o encenador polonês Zbigniew Ziembinski revolucionaram o teatro brasileiro em 1943.

Quando Eduardo Guinle morreu, em 1941, aos 62 anos, seus negócios não iam bem. Nos anos 30, ele vendera três fazendas de café e alfafa no interior de São Paulo porque não conseguira levar a produção ao porto de Santos, cujas docas eram dos Guinle. Com os filhos crescidos, dona Branca morou no palacete até 1947. Há quem diga que



Retratos de Eduardo Guinle e Branca de Paula Ribeiro Guinle por Henri Royer

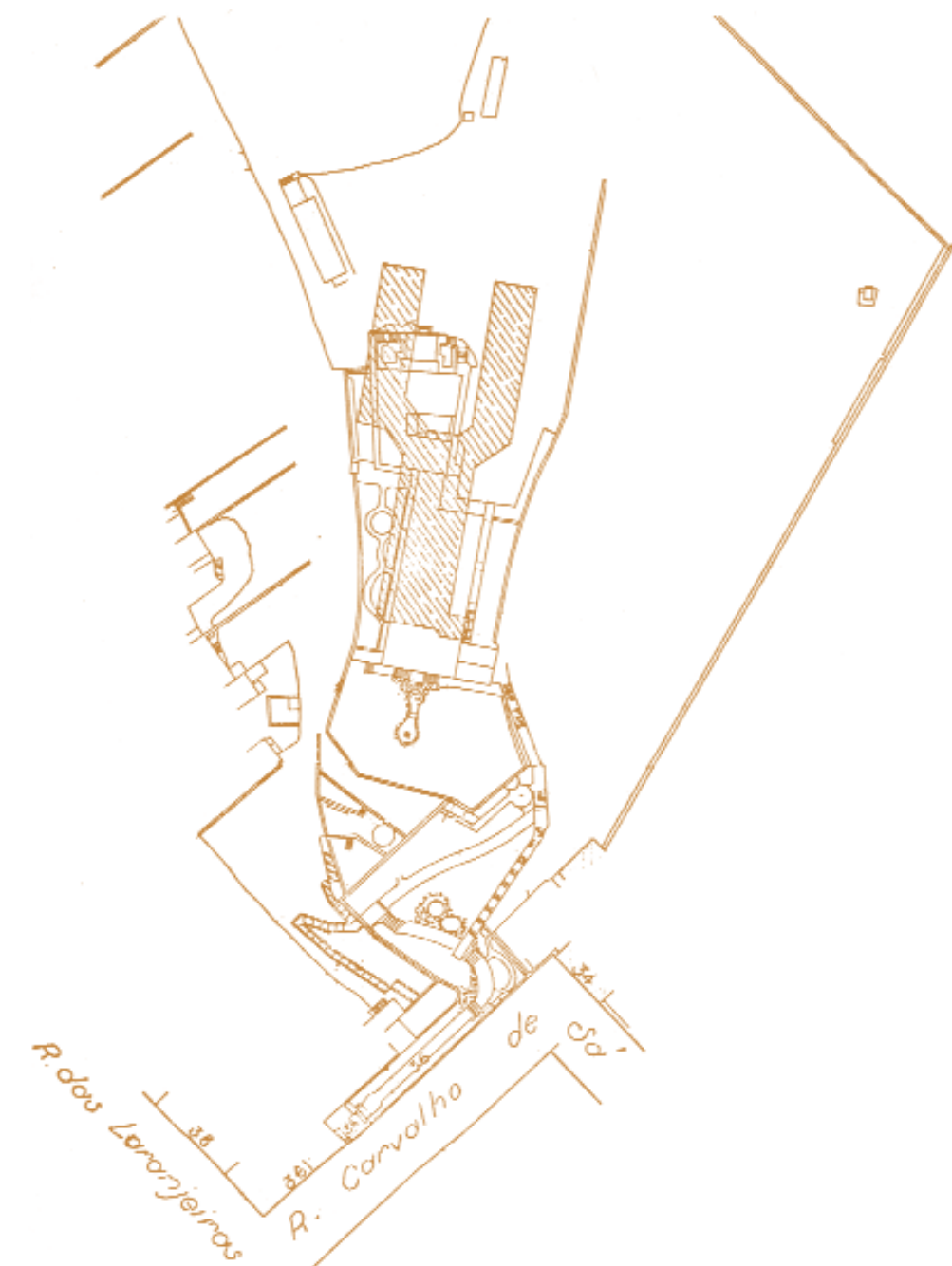
Retratos de Eduardo Guinle e Branca de Paula Ribeiro Guinle por Henri Royer





Evangelina Rocha Miranda (filha de Branca e Eduardo Guinle) posa com os filhos no Salão Luís XIV: Maria Tereza (do primeiro casamento) e Carlos Eduardo (do segundo casamento), pouco antes de o Palácio ser vendido ao governo federal.

Evangelina Rocha Miranda (filha de Branca e Eduardo Guinle) posa com os filhos no Salão Luís XIV: Maria Tereza (do primeiro casamento) e Carlos Eduardo (do segundo casamento), pouco antes de o Palácio ser vendido ao governo federal.



pelo jardim (de apenas 25 metros ao redor da construção) e R\$ 8,5 milhões pelo mobiliário e obras de arte. A família ainda recebeu terrenos na Esplanada do Castelo, resultado do desmonte do morro de mesmo nome pelo prefeito Pereira Passos. Para se ter uma idéia do montante envolvido à época, vale lembrar que, em fevereiro de 1947, os classificados de *O Jornal* anunciavam um apartamento de dois quartos na Rua Buarque de Macedo (perto do palácio) por CR\$ 205 mil. Em Copacabana, que começava a se tornar o bairro da elite carioca, o preço oscilava entre CR\$ 250 mil e CR\$ 300 mil.

A propriedade dos Guinle ocupava toda a colina dominada pelo Palácio.

A propriedade dos Guinle ocupava toda a colina dominada pelo Palácio.



2. *Luxo e conforto para visitantes ilustres*

fazer legenda
desta pág e da
pág ao lado

(bem curtas)

A final, por que razão o governo comprou o Palácio das Laranjeiras se já tinha o Catete, residência oficial do presidente, construíra os prédios dos ministérios (da Educação, Cultura e Saúde, Fazenda, Trabalho etc.) na Esplanada do Castelo, e o Palácio Guanabara havia sido tomado da família real após a Proclamação da República? Precisava-se de um lugar para receber governantes estrangeiros em visita ao Brasil, e o Laranjeiras era o ideal, pois ficava isolado e ao mesmo tempo próximo ao Catete e ao Centro, embora naquela época os túneis Santa Bárbara e Rebouças não passassem de projetos.

O imóvel foi entregue à União em 20 de fevereiro de 1947, e em 26 de junho o presidente do Chile, Gabriel Gonzalez Videla, sua mulher, Rosa Markman, e a filha, Sylvia, estream o Palácio Guinle (então assim conhecido), ali se hospedando por dez dias. O estadista chileno cumpriu os rituais de praxe: ofereceu um jantar ao presidente Dutra e família, no qual o condecorou com o Grande Colar da Ordem do Mérito; recebeu funcionários de sua embaixada no Rio, e em 1º de julho deu um baile para a sociedade carioca.



fazer legenda



Dias depois, *O Jornal* noticiava que “uma interminável fila de automóveis atravancava a Praça Duque de Caxias, a Rua Gago Coutinho e a rampa de acesso ao palácio”. As senhoras cariocas não economizaram nos trajes: “Maria Cecília Fontes, de preto, mantilha de rendas pretas e magnífico adereço de brilhantes e esmeraldas talhadas em forma de pera”; Gilda Guinle, cunhada de Eduardo Guinle, com um “modelo de veludo preto, linda *parure* de brilhantes e capa de rendas pretas”. Mas não só elegância e glamour marcaram presença: em 3 de julho, o *Itamaraty* publicou nos jornais da capital um apelo “às pessoas que, por engano, levaram peles e *man-*



A foto oficial dos presidentes Eurico Gaspar Dutra (de lenço branco na lapela) e Harry Truman (a seu lado de terno). Truman pouco ficou no Palácio das Laranjeiras, mas encantou-se com o local.

A foto oficial dos presidentes Eurico Gaspar Dutra (de lenço branco na lapela) e Harry Truman (a seu lado de terno). Truman pouco ficou no Palácio das Laranjeiras, mas encantou-se com o local.

teaux trocados, no sentido de que sejam devolvidos às proprietárias”. E advertia que ninguém tentasse usar ou vender os agasalhos desaparecidos, pois a polícia e as lojas especializadas tinham sido notificadas.

Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, foi o segundo hóspede ilustre do palácio: chegou em setembro do mesmo ano para a Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, cujo objetivo maior era reduzir a influência da União Soviética na América Latina, ou “deter o avanço do comunismo”, como se dizia à época. A guerra fria começara em março com um discurso de Truman no Congresso americano, em que atacou duramente seu aliado na Segunda Guerra Mundial, agora principal inimigo. Cabia-lhe divulgar a Doutrina Truman nos países vizinhos – daí sua visita ao Brasil.

O presidente Eurico Gaspar Dutra, eleito após a deposição de Getúlio Vargas, era favorável a Truman, mas internamente enfrentava a sombra de Vargas, que fizera o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrata (PSD) apoiarem sua candidatura e se elegera na Assembléia Constituinte de 1945 por vários estados (então permitido pela legislação eleitoral). Mesmo deposto, era o político mais popu-

lar do Brasil, e Dutra aproximou-se da União Democrática Nacional (UDN), antigetulista ferrenha. Além disso, havia a situação econômica. O Brasil saíra da Segunda Guerra Mundial com boas reservas, mas a decisão de promover a abertura comercial e aumentar as importações esgotou-as rapidamente na compra de bens de consumo – política distinta da de Vargas, que priorizou a industrialização de base tanto no Estado Novo, de 1937 a 1945, quanto nos três anos de mandato como presidente eleito, de 1951 a 1954.

A visita de Truman, com quem Dutra se alinhava, até por ser também militar, trazia a propaganda americana em favor do governo brasileiro: facilitava a obtenção de recursos e fixava a imagem do presidente brasileiro como líder importante. Truman queria influenciar o maior país da América Latina, onde dois anos antes o Partido Comunista Brasileiro elegera vários deputados para a Assembléia Constituinte e, em janeiro de 1947, fizera 46 representantes nas assembleias dos estados e 18 dos 50 vereadores do Distrito Federal. Todos foram cassados em 7 de maio daquele ano, quando o PCB foi posto na ilegalidade, quatro meses antes da visita de Truman.

Ele chegou ao Rio no dia 1º de setembro, em meio à Conferência, iniciada em 15 de agosto no Hotel Quitandinha, em Petrópolis. Durante o encontro, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), estabelecendo que “um ataque armado de qualquer país contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos”. Nem todos os países das três Américas concordaram, mas o Brasil assinou o tratado. Nos anos 1980, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, deputado federal pela UDN em 1947, classificou o Tratado de nitidamente ideológico.

Truman chegou de avião e foi para o encouraçado americano *Missouri*, o maior navio de guerra da época. No dia seguinte, visitou a embaixada dos Estados Unidos, que ficava em Botafogo. No terceiro dia, deu-se um fato pitoresco: encantado com as orquídeas da Floresta da Tijuca, que rodeava o quintal da embaixada, subiu a encosta do Corcovado para procurá-las e foi detido por guardas florestais que não



fazer legenda



o reconheceram. Desfeito o mal-entendido, voltou ao passeio. Só em 4 de setembro Truman foi para o Palácio das Laranjeiras, onde ficou até sua partida, em 6 de setembro, sem que ali exercesse qualquer atividade de cunho oficial. A recepção para a colônia americana e os chefes de Estado da Conferência aconteceu no *Missouri* e seu discurso à nação brasileira foi feito no Palácio Tiradentes, à época sede do Congresso Nacional (hoje, da Assembléia Legislativa fluminense). Ele ainda foi à festa da Associação Brasileira de Imprensa para 30 jornalistas americanos, onde elogiou o Brasil e seu povo.

O presidente dos Estados Unidos certamente se encantou com o Laranjeiras. As únicas imagens de sua visita ao Brasil no acervo da Biblioteca Truman são dez fotos do palácio. Numa delas, aparece junto a Dutra e outras autoridades, no salão de visitas, sob o retrato do rei Luís XIV de couraça e bastão de marechal, apontado como uma das principais representações do absolutismo francês (ver capítulo cinco deste



fazer legenda

Em 1953, o presidente do Peru, Manuel Arturo Odría (à esquerda), o “Perón dos Andes”, passou quatro dias no Palácio. Entendeu-se muito bem com o presidente brasileiro, Getúlio Vargas.

Em 1953, o presidente do Peru, Manuel Arturo Odría (à esquerda), o “Perón dos Andes”, passou quatro dias no Palácio. Entendeu-se muito bem com o presidente brasileiro, Getúlio Vargas.



livro). Há outra fotografia, tirada de onde é hoje a entrada do Parque Guinle, mostrando os jardins e o palácio no alto do morro, além de fotos do saguão com sua escadaria, da sala de jantar principal e do quarto onde ele dormiu, provavelmente no primeiro andar, embora os móveis e a decoração atuais sejam diferentes.

Nove meses depois, o Laranjeiras recebeu o governador-geral do Canadá, marechal Alexandre de Tunis (sir Harold Alexander, primeiro conde de Tunis). Inglês, ele comandara as tropas aliadas na Itália, às quais os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) haviam se juntado entre 1942 e 1945. Chegou no dia 11 de junho de 1948, em viagem oficial, sem tratados ou acordos a serem assinados, mas sua visita desencadeou uma campanha pelo pagamento de pensões a 769 órfãos de guerra. Alexandre de Tunis – cujo título de nobreza era referência a suas vitórias no Norte da África, no início da Segunda Guerra Mundial – deve ter encampado a idéia, pois a 15 de junho recebeu oficiais da FEB e seus descendentes no Laranjeiras. No dia seguinte, véspera de sua partida, ele jantou lá com Dutra, e quando se foi os jornais anunciaram que o presidente brasileiro mandara pagar 50% das indenizações aos órfãos de guerra.

Quase cinco anos se passaram até o Palácio das Laranjeiras receber novas autoridades estrangeiras, coincidentemente dois ditadores latino-americanos. Em 26 de maio de 1953, o presidente do Peru,



Manuel Arturo Odría, desembarcou na capital para uma visita oficial de quatro dias. General do Exército, ele chegara à presidência em 1948 por meio de um golpe de Estado, e fazia um governo populista que o tornara conhecido como o “Perón dos Andes”. Restringiu os direitos civis mas instituiu o voto feminino, e a boa situação econômica do pós-guerra facilitou sua gestão. Mais tarde, em 1956, surpreenderia até seus aliados ao convocar eleições para presidente e passar o cargo ao vencedor, Manuel Prado Ugarteche. No Rio, cumpriu os compromissos de praxe, com entrevista a jornalistas brasileiros em 27 de maio e jantar para o presidente Getúlio Vargas dois dias depois. Inusitada greve de garçons quase impediu a realização da festa, mas taifeiros e cozinheiros da Marinha os substituíram a contento.

Depois veio Anastasio Somoza, da Nicarágua, um caudilho no velho estilo: em 1937, como comandante da Guarda Nacional, depusera o presidente eleito, Juan Batista Sacasa, seu tio. Chegou com uma comitiva de 20 pessoas e aqui passou 12 dias. Em 24 de setembro de 1953, Getúlio Vargas o recebeu no Galeão e o acompanhou até o Laranjeiras. Embora já enfrentasse críticas pelo desrespeito aos direitos humanos e pela má administração de seu país, Somoza mostra tranquilidade nas fotos dos jornais da época, em que aparece trocando sorrisos e cumprimentos com Vargas. Assassinado em 1956, seus dois filhos, Luis e Anastasio, dividiram o poder.



Também em 1953, o ditador da Nicarágua, Anastácio Somoza, recebeu Getúlio Vargas no Palácio. A hospitalidade do presidente brasileiro foi alvo de críticas na época.

Também em 1953, o ditador da Nicarágua, Anastácio Somoza, recebeu Getúlio Vargas no Palácio. A hospitalidade do presidente brasileiro foi alvo de críticas na época.



fazer legenda



O presidente do Líbano, Camille Chamoun, chegou em 10 de maio de 1954. Herói da independência libanesa, ocorrida uma década antes, era cristão maronita como boa parte da comunidade árabe carioca, recebida festivamente no Palácio das Laranjeiras. Sua estada foi curta: apenas três dias. O palacete ficou vazio nos meses seguintes, quando a política nacional entraria numa convulsão que culminaria com o suicídio do presidente Getúlio Vargas em 24 de agosto. Ao receber a notícia, o vice-presidente, João Café Filho, se refugiou no Laranjeiras até a confirmação de que assumiria a Presidência da República, e só voltou ao Catete já empossado.



Em junho de 1957, Francisco Craveiro Lopes, presidente de Portugal, passou 20 dias no Brasil e ficou uma semana hospedado no Laranjeiras. Foi recebido com festas, desfile em carro aberto e feriado na cidade. A 12 de junho, deu um baile que ocupou todos os cômodos do imóvel, os jardins e a pérgula da piscina recém-construída. No dia seguinte, sua mulher, Berta, recebeu um irmão que morava no Brasil e a quem não conhecia. Os jornais relatam um encontro emocionado que durou 40 minutos.

Juscelino Kubitschek, presidente da República desde março de 1956, morava então na residência da Gávea Pequena com a família. Ele reformou o palácio, para onde se mudaria após a visita de Craveiro Lopes, e ali viveu com a família até a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960. A partir dessa data, o Palácio Alvorada tornou-se a residência do presidente da República, mas os chefes de governo ficavam no Laranjeiras quando vinham ao Rio, o que era frequente até meados dos anos 1970.

A visita do presidente da França, Charles de Gaulle, entre 13 e 16 de outubro de 1964, foi exceção. Ele vinha à América Latina para tentar diminuir a influência americana (e aumentar a de seu país) na região. Tratou também da tensão entre a Marinha Brasileira e pesqueiros franceses que invadiam nossas águas territoriais. De Gaulle



As primeiras damas do Líbano, Zalta Chamoun (à esquerda), e do Brasil, Darcy Vargas (ao centro), numa recepção no Palácio das Laranjeiras, em maio de 1954, poucos meses antes do suicídio de Getúlio Vargas.

As primeiras damas do Líbano, Zalta Chamoun (à esquerda), e do Brasil, Darcy Vargas (ao centro), numa recepção no Palácio das Laranjeiras, em maio de 1954, poucos meses antes do suicídio de Getúlio Vargas.



O presidente de Portugal, general Craveiro Lopes, foi o último chefe de Estado a hospedar-se no Palácio. Na visita entregou ao presidente Juscelino Kubitschek a Banda das Três Ordens, a mais alta condecoração portuguesa.

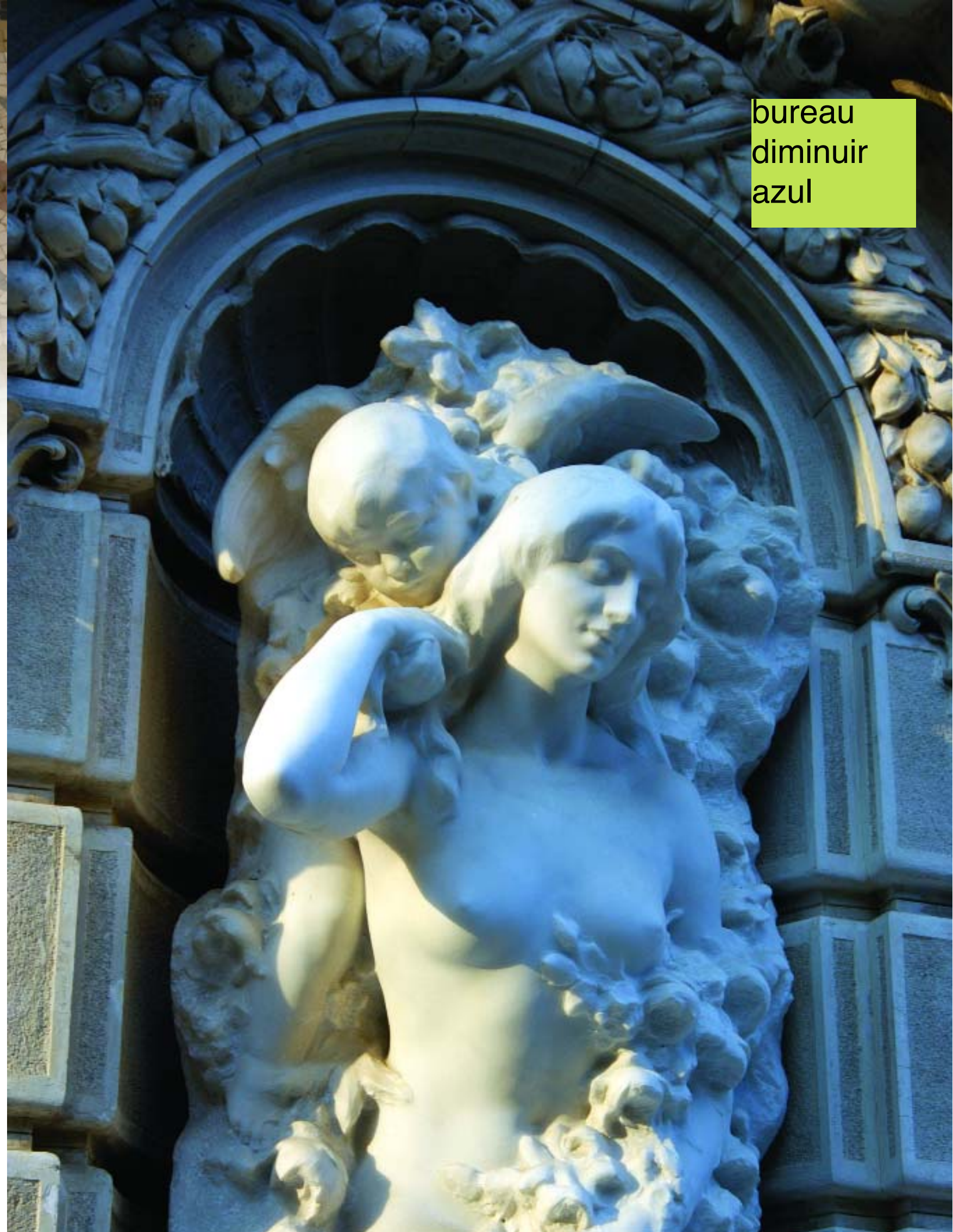
O presidente de Portugal, general Craveiro Lopes, foi o último chefe de Estado a hospedar-se no Palácio. Na visita entregou ao presidente Juscelino Kubitschek a Banda das Três Ordens, a mais alta condecoração portuguesa.

pouco ficou no Rio, e menos ainda no Laranjeiras. Chegou ao Galeão no dia 13, foi ao Monumento dos Pracinhas, no Aterro do Flamengo, e viajou a São Paulo e Brasília. No dia 15, de volta ao Rio, passou pouco mais de uma hora no palácio e partiu para a recepção que daria no navio francês *Colbert*. O governador Carlos Lacerda recusou convite para a festa, alegando que, “estando presente o presidente da República (Humberto de Alencar Castello Branco), ele representa os 22 estados; portanto representa também a Guanabara”. Numa nota à imprensa, o governador justificou sua atitude com o descaso de De Gaulle pela cidade. “Vir ao Brasil sem visitar – não apenas em trânsito – o Rio é como ir à França sem visitar Paris”.



Em junho de 1957, os Craveiro Lopes deram uma recepção nos jardins do Palácio e dividiram a cabeceira da mesa com Sarah e Juscelino Kubitschek. Embora fosse inverno, o calor carioca permitiu às socialites cariocas exibirem seus melhores decotes.

Em junho de 1957, os Craveiro Lopes deram uma recepção nos jardins do Palácio e dividiram a cabeceira da mesa com Sarah e Juscelino Kubitschek. Embora fosse inverno, o calor carioca permitiu às socialites cariocas exibirem seus melhores decotes.



bureau
diminuir
azul

3. Palco de importantes decisões políticas

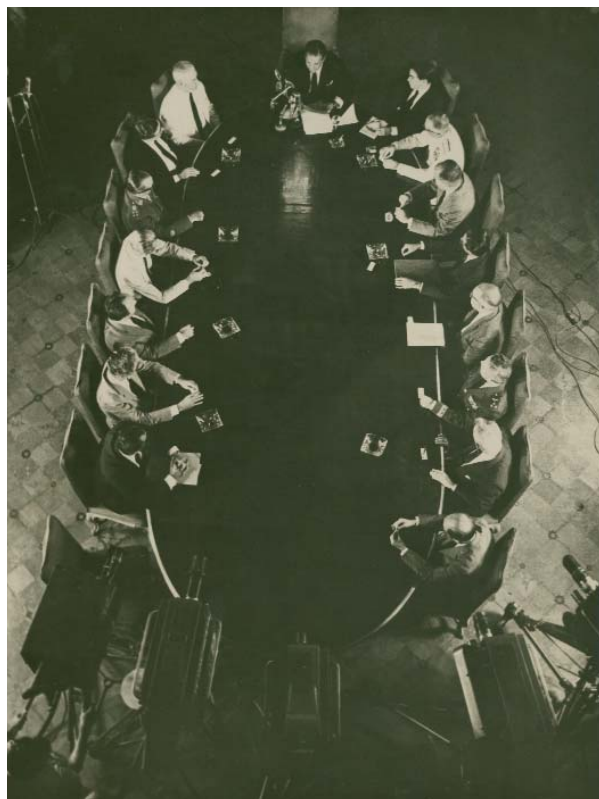
fazer legenda
desta pág e da
pág ao lado

(bem curtas)

Vários motivos levaram Juscelino Kubitschek a morar com a família no Palácio das Laranjeiras. O Palácio Guanabara, residência de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, era considerado inseguro porque, em 11 de maio de 1938, militantes da Ação Integralista Brasileira, liderados por Belmiro Valverde, sitiaram Vargas e sua família durante cinco horas. Havia o Palácio do Catete, mas a historiadora Marieta de Moraes Ferreira observa que a sede dos governos da República Velha (da Proclamação até 1930) era acanhada para servir de residência e abrigar a máquina pública que crescia com o país.

Filha de JK, Maria Estela Kubitschek Lopes descarta a questão da segurança, pois seus pais nunca tiveram receio de se expor, mas confirma que a falta de espaço no Catete pesou, assim como a decisão de separar a vida familiar da política, os atos oficiais do governo dos compromissos sociais. O Laranjeiras era perfeito por sua divisão em alas – a residencial separada da social –, e assim o presidente podia trabalhar perto da família. O historiador Ronaldo Costa Couto acha que o estilo francês do imóvel deve tê-lo atraído também: antes de se tornar político, Juscelino, recém-formado em medicina, morara em Paris.





O presidente João Goulart fazia reuniões políticas no Salão de Jantar, como esta com seu ministério, em fevereiro de 1964, menos de dois meses antes do golpe de Estado que o depôs. Juscelino Kubitschek recebia artistas como o músico Louis Armstrong, que, em 1957, deu uma entrevista coletiva no Palácio (ao lado). Nessas ocasiões, as filhas do presidente, Maria Estela e Márcia, assistiam a tudo escondidas na Galeria.

O presidente João Goulart fazia reuniões políticas no Salão de Jantar, como esta com seu ministério, em fevereiro de 1964, menos de dois meses antes do golpe de Estado que o depôs. Juscelino Kubitschek recebia artistas como o músico Louis Armstrong, que, em 1957, deu uma entrevista coletiva no Palácio (ao lado). Nessas ocasiões, as filhas do presidente, Maria Estela e Márcia, assistiam a tudo escondidas na Galeria.

Os Kubitschek mudaram-se no segundo semestre de 1957. O ex-palacete dos Guinle era a casa certa para o presidente dos anos dourados, e, embora Juscelino fosse diariamente ao Catete, onde ocorriam os despachos formais, ficava no Laranjeiras o mapa do Brasil com as obras de seu governo. Sua primeira tarefa do dia era examiná-lo, conferir o cronograma e cobrar os atrasos. Segundo Maria Estela, o almoço era em família, “sempre com convidados. Se precisasse ter uma conversa reservada, papai recebia lá porque detestava que dissessem a quem o procurasse que estava ocupado”.

As reuniões políticas aconteciam à tarde, e havia jantares formais, com lugares marcados, aos quais Maria Estela e sua irmã Márcia, um ano mais nova, assistiam escondidas na galeria do andar de cima. José Maria Alkmin, Gustavo Capanema e João Goulart (este vice-presidente da República e presidente do Congresso) eram presenças constantes. Eventualmente, Juscelino promovia saraus e bailes, fazendo jus a seu apelido de “pé-de-valsa”. No palácio, o casal Dulce e Bené Nunes mostrou *Chega de Saudade*, samba de Tom Jobim e Vinícius de Moraes que inauguraria a Bossa Nova, e Nat King Cole, The Platters, Louis Armstrong, Pixinguinha e Ataulfo Alves se apresentaram para convivas privilegiados.



A atriz Kim Novak, de passagem pelo Rio, aderiu à informalidade do Presidente Juscelino Kubitschek.

A atriz Kim Novak, de passagem pelo Rio, aderiu à informalidade do Presidente Juscelino Kubitschek.

Ali, também, o jogador Didi (Waldir Pereira) e a tenista Maria Esther Bueno comemoraram as vitórias do Brasil na Copa do Mundo da Suécia e no torneio de Wimbledon; estrelas de Hollywood como Kim Novak, Marlene Dietrich e David Niven foram recebidas, assim como o revolucionário cubano Fidel Castro em maio de 1959 – cinco meses após a fuga do ditador Fulgêncio Batista. Maria Estela lembra que os visitantes ilustres se surpreendiam com o fato de o presidente recebê-los “de forma tão simples, e com a família”, mas Ronaldo Costa Couto não crê que essas reuniões fossem freqüentes, pois JK viajava muito. “Em



As recepções aconteciam também no Salão Luís XIV. Leonel Brizola, então deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, foi recebido lá pelo presidente Juscelino Kubitschek. O escritor Aldous Huxley também passou por lá, em 1958.



As recepções aconteciam também no Salão Luís XIV. Leonel Brizola, então deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, foi recebido lá pelo presidente Juscelino Kubitschek. O escritor Aldous Huxley também passou por lá, em 1958.



1957 e 1958, foram 225 viagens a Brasília para acompanhar a construção, quase três por semana”, calcula. “Ele saía do Rio à tardinha, checa-va as obras da nova capital e voltava de madrugada”, completa.

Segundo Maria Estela, foi no Palácio das Laranjeiras, numa conversa com Oscar Niemeyer, que o presidente e o arquiteto definiram o que viria a ser a catedral de Brasília. “Empolgado, papai disse que era preciso apaixonar-se para desenhá-la, e Niemeyer, anos depois,



contou que sua motivação foi criar uma antítese das igrejas góticas, símbolos de um catolicismo medieval e opressor. Nelas, sai-se da luz para a escuridão. Como, apesar de ateu, Niemeyer acreditava que Deus é luz, em Brasília entra-se na igreja por um túnel escuro para chegar-se à claridade”.

As crises que JK enfrentou nos cinco anos de governo passaram ao largo do Palácio das Laranjeiras. As revoltas militares de Jacareacanga, em 1956, e Aragarças, em 1958, foram debeladas pelos comandos do Exército e da Aeronáutica, e seus líderes, anistiados pelo presidente. “Creio que só os correligionários iam ao Laranjeiras, embora ninguém impedisse a entrada de opositores”, especula Maria Estela. Não havia preocupação com a segurança: “Márcia e eu íamos para o colégio de carro só com chofer, e papai ia do Laranjeiras ao Catete apenas com o motorista e o ajudante de ordens. Nas

fazer legenda





fazer legenda

ocasiões solenes havia batedores, nunca seguranças como hoje. Isso só veio com a ditadura”.



Nos sete meses de seu mandato, de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros pouco veio ao Rio de Janeiro. O jornalista Carlos Chagas, à época editor de política do jornal *O Globo*, cita a ocasião em que o presidente se encontrou com Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara. A conversa tinha começado no Palácio da Alvorada, e Jânio tentara o apoio de Lacerda para obter mais poderes no Congresso. Este percebeu uma intenção de golpe de Estado, que denunciou. Segundo Carlos Chagas, os dois romperam ali. Três dias depois, dona Eloá Quadros telefonou para dona Letícia Lacerda e convenceu-a a fazer o governador ter mais uma conversa com o presidente. “Jânio queria convidá-lo para uma inauguração no Espírito Santo, mas Lacerda, em 15 minutos, recusou o convite e rompeu oficialmente com ele”, diz Chagas.



João Goulart, vice-presidente que assumiu com a renúncia de Jânio, usava o palácio como residência oficial, embora tivesse um apartamento em Copacabana, no Edifício Chopin, ao lado do Copacabana Palace. Jango estava na China quando Jânio renunciou, e a Cadeia da Legalidade, liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola, seu cunhado, assegurou a posse. Por precaução, o presidente voltou ao Brasil pelo Rio Grande do Sul, só desembarcando em Brasília com a posse confirmada.

O Palácio do Catete, então, já se tornara Museu da República, e o presidente, quando no Rio, despachava no Laranjeiras. As vindas eram mais constantes do que hoje, pois só parte da máquina administrativa federal se transferira para Brasília. O governo funcionava lá de direito, e aqui de fato. O ex-ministro Waldir Pires era então o consultor geral da República, encarregado de verificar a constitucionalidade e a juridicidade dos atos do governo, função hoje dividida entre o procurador e o advogado geral da União. Ele lembra que Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, e Raul Ryff, secretário de imprensa, eram presenças constantes no palacete construído por Eduardo Guinle.

Ao contrário da família de JK, a de Jango poucas vezes dormiu lá. Os dois filhos, Denise e João Vicente, eram pequenos e ficavam em Copacabana, perto da praia. Maria Tereza Goulart se lembra de detalhe pitoresco: “Jango tinha medo de dentista e, uma vez, desmaiou num consultório. Então, montou um gabinete dentário no Laranjeiras, e os funcionários se tratavam lá com nosso dentista. Ele tomava anestesia geral cada vez que se sentava na cadeira”.

Curiosidades à parte, o palácio foi cenário de momentos importantes que antecederam o golpe militar. Maria Tereza recorda que, nos meses anteriores a março de 1964, as reuniões no Laranjeiras se intensificaram. Waldir Pires confirma que ali se elaboravam os projetos do monopólio de exploração e refino do petróleo, o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras e a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras até 500 metros ao longo de rodovias e ferrovias. O decreto do monopólio de exploração do petróleo seguiu para o Congresso em novembro de 1963, e os outros foram anunciados no histórico comício da Central do Brasil, na sexta-feira 13 de março de 1964.



fazer legenda



fazer legenda
abaixo e na pági-
na ao lado

Segundo Waldir Pires, o discurso que incendiou a platéia e irritou os militares foi redigido no gabinete de João Goulart – que ficava no segundo andar, junto à suíte presidencial – em dois dias de conversas com Darcy Ribeiro e Raul Ryff. “Não foi resultado de uma emoção de momento”, afirma. Embora o presidente tenha improvisado (o que estava previsto), cada item fora discutido, e a fala deveria durar 30 minutos. Outros políticos também falaram naquela noite, entre eles os governadores Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, de Pernambuco. “Saímos do Palácio das Laranjeiras para a Central, Jango e dona Maria Tereza num carro, eu e Darcy no outro. E o povo aplaudia o presidente no trajeto”, conta Pires. “Não temíamos por sua segurança, e depois de tudo acabado cada um foi para sua casa”.

A lembrança de Maria Tereza Goulart é outra. Segundo ela, naquele dia todos estavam tensos com as ameaças de bombas e de explosão do palanque. “Nada aconteceu, e a equipe voltou para o palácio. Jango se sentia feliz por ter realizado um sonho e eufórico com o sucesso de sua fala, embora esperasse uma repercussão mais grave. Ele já sabia o que ia acontecer”. Waldir Pires acredita também que Jango recebeu no Laranjeiras, de seu ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, o aviso do envolvimento dos Estados Unidos no golpe que se preparava e da presença de navios de guerra americanos nas costas brasileiras, prontos a intervir em favor dos golpistas.

Não se tem informação sobre a data exata desse encontro, ocorrido entre 13 e 30 de março, nem da reação do presidente. Até hoje há controvérsias sobre o local em que estariam os navios, a poucos quilômetros da costa brasileira ou na altura do Golfo do México. Em *A história indiscreta da ditadura e da abertura*, Ronaldo Costa Couto conta que o embaixador dos Estados Unidos no Brasil em 1964, Lincoln Gordon, confirmou que os navios vinham dar apoio aos cidadãos americanos no Brasil, mas não chegaram nem ao Panamá. De qualquer forma, os discursos de março precipitaram o golpe, e a esquadra americana pouco influenciou nos fatos.

No dia 30 de março, Jango fez um discurso no Automóvel Clube do Rio, reafirmando a intenção de realizar as reformas de base. Esta fala, de



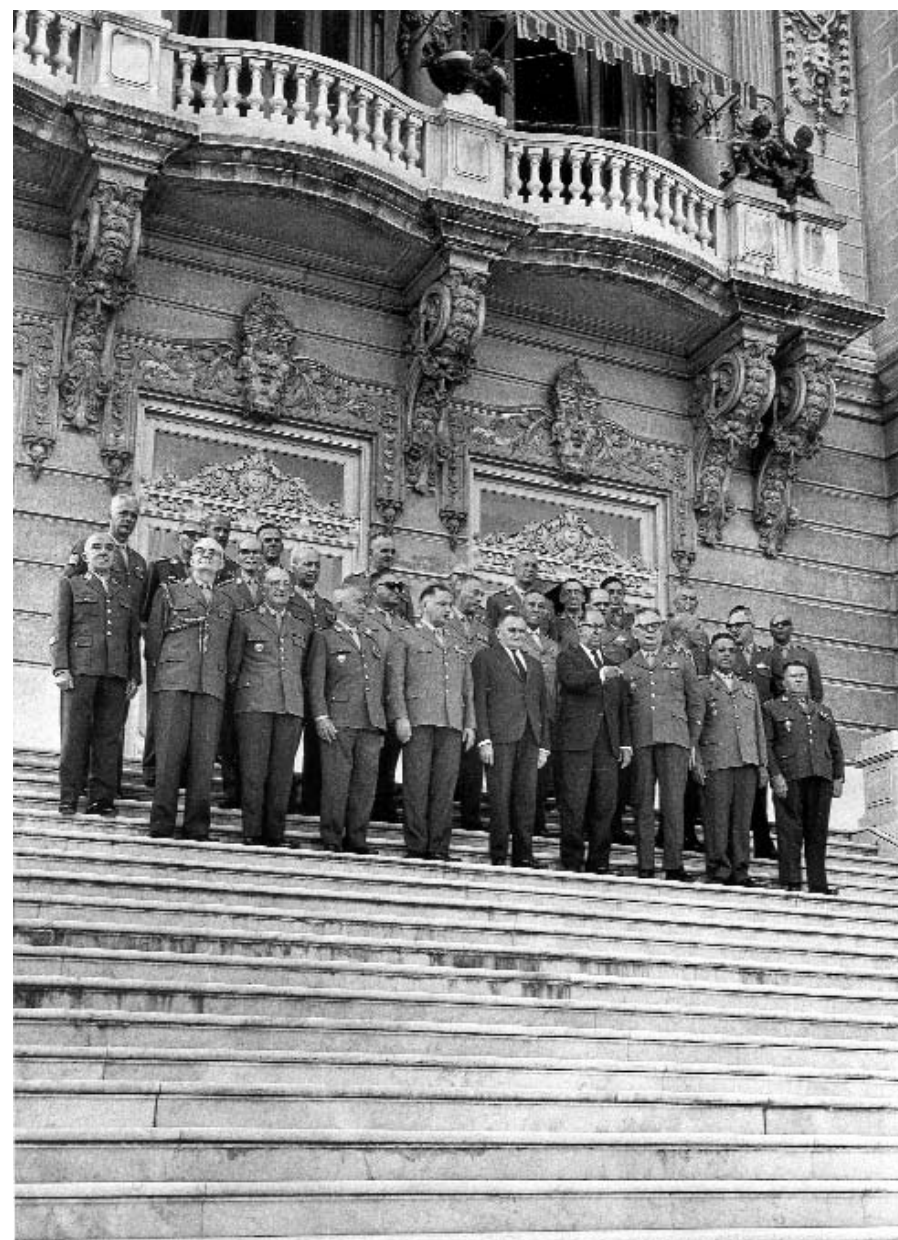
improvisado, foi mais provocativa do que a da Central do Brasil. Em seu livro, Costa Couto revela a versão que Tancredo Neves (primeiro-ministro de Jango no período parlamentarista) transmitiu ao escritor Mauro Santayana. O discurso original fora escrito por Darcy Ribeiro e Raul Ryff. “O Jango leu e Tancredo Neves disse: ‘Está muito bom, mas você pode ser deposto lá mesmo’. O pior é que Jango começou a ler o discurso, mas se entusiasmou com o apoio e o aplauso dos sargentos e resolveu improvisar. E ficou pior ainda”.

No dia seguinte, o golpe começou. João Goulart havia mandado Maria Tereza para Brasília, onde estavam também Waldir Pires e Darcy Ribeiro. Carlos Chagas conta que Jango soube, no Palácio das Laranjeiras, que o general Olímpio Mourão Filho saía de Juiz de Fora com suas tropas; diante disso, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Anísio Botelho, propôs bombardear os soldados com napalm. A sugestão foi recusada por Jango, que ligou do palácio para o comandante do II Exército, general Amaury Kruehl, em São Paulo. Kruehl fora seu ministro da Guerra e chefe do Gabinete Militar, e garantiu-lhe apoio desde que desistisse das reformas de base, fechasse a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e mandasse prender os comunistas. Juscelino também esteve no palácio, mas não conseguiu convencer o presidente a rever suas decisões.

Em 1º de abril, após se reunir com os ministros, Jango foi para Brasília. Antes, ainda segundo Carlos Chagas, vira as tropas legalistas desaparecerem do Laranjeiras em direção ao Palácio Guanabara, residência oficial do governador Carlos Lacerda, para aderir ao golpe. Para Marieta de Moraes Ferreira, esses fatos indicam que havia pouca preocupação com segurança, pois tudo aconteceu sem interferência das forças de Jango, para protegê-lo, ou de seus opositores, para prendê-lo. Waldir Pires confirma: “Jango não gostava de guarda-costas, e às vezes ia para o Palácio do Catete dirigindo, para desespero deles”.



Vitorioso o movimento militar, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco tomou posse no dia 15 de abril de 1964. Há poucas



O Presidente Castello Branco (ao centro, de terno) e seu Ministério em 1964

O Presidente Castello Branco (ao centro, de terno) e seu Ministério em 1964

referências sobre seus despachos no Palácio das Laranjeiras. Viúvo de hábitos espartanos, ocupava apenas uma ala quando vinha ao Rio. Segundo Murilo Melo Filho, então repórter de política da revista *Manchete*, o presidente gostava de receber intelectuais, embora não fizesse saraus como Juscelino. Exceção foi a homenagem a Manuel Bandeira, em 18 de abril de 1966, um dia antes de o poeta completar 80 anos. Em almoço a que compareceram o editor José Olympio, o jornalista Roberto Marinho, o presidente da Academia Brasileira de Letras,



Ao completar 80 anos, em abril de 1966, o poeta Manuel Bandeira (à esquerda), jantou com o presidente Castello Branco (à direita) no Palácio. O historiador Luís Vianna Filho (ao centro) foi um dos convidados.

Ao completar 80 anos, em abril de 1966, o poeta Manuel Bandeira (à esquerda), jantou com o presidente Castello Branco (à direita) no Palácio. O historiador Luís Vianna Filho (ao centro) foi um dos convidados.



Austregésilo de Athayde, o ministro da Educação, Pedro Aleixo, e o historiador Luís Viana Filho, ministro extraordinário para assuntos do Gabinete Civil, Castello Branco condecorou Bandeira com a Ordem do Mérito Nacional, e o poeta disse que jamais recebera homenagem tão significativa: “Sinto-me tão desvanecido que não quero outra senão esta”, completou.

Outras reuniões tiveram um tom bem menos festivo. Foi lá que, em 1965, Sandra Cavalcanti pediu demissão da presidência do recém-criado Banco Nacional da Habitação, após uma conversa com Castello Branco e seu ministro do Planejamento, Roberto Campos. Ela não concordava com as mudanças no financiamento da casa própria. “Minha idéia era seguir o modelo da Alemanha no pós-guerra, com parte do empréstimo a fundo perdido, vindo da contribuição de 1% da folha de pagamento do país. Eles queriam usar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, recém-criado, muito dinheiro, que devia ser devolvido. Citei um economista alemão que defendia minha posição, e Campos contestou que lera toda sua obra e o considerava defasado. Levantei-me, disse que acabara de inventar o tal economista e apresentei minha demissão. Nos anos 1980, quando éramos deputados constituintes, Roberto Campos me disse que fora um erro mudar a política do BNH”.



Foi também no Laranjeiras que o marechal Arthur da Costa e Silva comunicou a Castello Branco que seria seu sucessor, embora o presidente preferisse o general Afonso de Albuquerque Lima (ou, segundo depoimento de Cordeiro de Farias, o civil Bilac Pinto). A eleição de 11 governadores, marcada para 1965, precipitou os fatos. Os militares eram contra por temer uma derrota em regra, o que realmente aconteceu. Mas Castello Branco insistiu nas eleições e, já no início da apuração, que se estendeu por dias, configurou-se a vitória da oposição em 10 estados; a exceção era o atual senador José Sarney no Maranhão. As vitórias mais sentidas foram as de Negrão de Lima, na Guanabara, e de Israel Pinheiro, em Minas Gerais, pois, além de opositores de Carlos Lacerda e a Magalhães Pinto, governadores desses dois estados que haviam apoiado o golpe, ambos eram ligados a Juscelino Kubitschek, cassado pelos militares.

Generais e coronéis do Rio de Janeiro ameaçavam invadir o Maracanãzinho, onde ocorria a apuração, mas Costa e Silva, ministro da Guerra, os conteve. Em seguida, foi ao Laranjeiras e fez exigências em

O portão que dá acesso ao Parque Guinle era o limite da propriedade de Eduardo Guinle na Rua Carvalho de Sá, hoje Rua Gago Coutinho.

O portão que dá acesso ao Parque Guinle era o limite da propriedade de Eduardo Guinle na Rua Carvalho de Sá, hoje Rua Gago Coutinho.



troca de apoio a Castello Branco: além de ser o sucessor presidencial, queria a edição do AI-2, que extinguiu todos partidos existentes e criava dois novos, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Com este segundo ato institucional foram também extintas as eleições diretas para presidente da República, e este passou a ter o direito de decretar estado de sítio por seis meses sem consultar o Congresso. Instituiu-se também o decreto-lei, ato do Executivo que prescindia de aprovação pelo parlamento. Em 1966, mais dois atos institucionais foram editados. O de número 3 acabava com as eleições diretas para governador e para prefeitos de capitais e de algumas cidades estratégicas, e AI-4 previa a incorporação das medidas anteriores à Constituição.

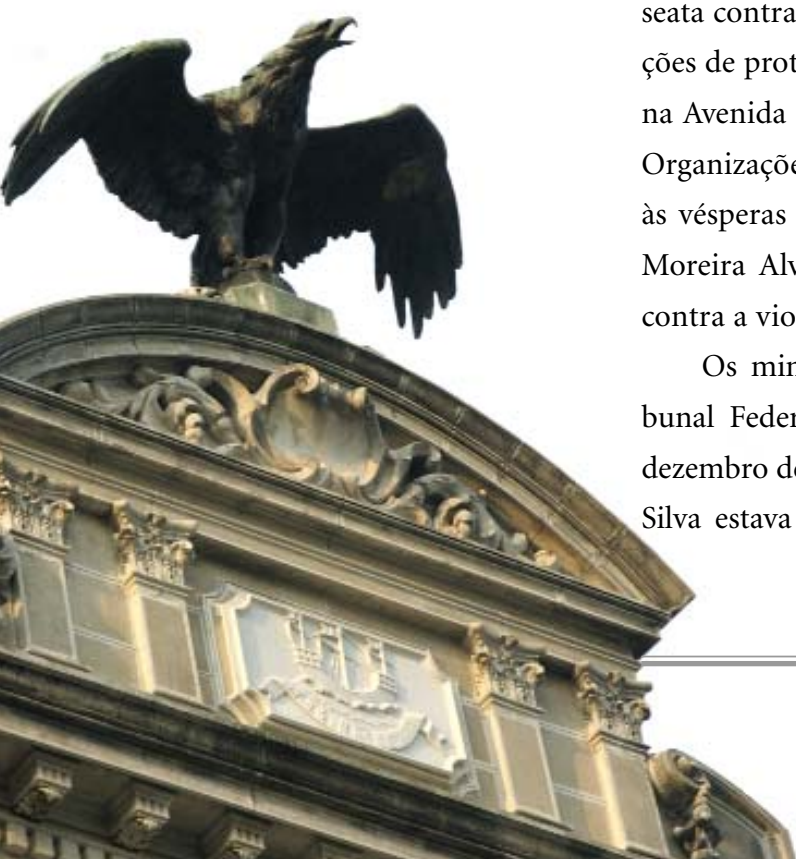


Arthur da Costa e Silva tomou posse em 15 de março de 1967 e foi viver no Palácio das Laranjeiras com dona Yolanda, dividindo o tempo entre Brasília e Rio de Janeiro. Toda manhã ia à missa na Igreja de Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado. O primeiro ano de governo não teve fatos marcantes, pois a oposição só se tornaria forte em 1968. Em 28 de maio, Edson Luís de Lima Souto foi morto num confronto com a polícia militar no restaurante universitário Calabouço, onde os estudantes estavam reunidos para organizar uma passeata contra as más condições de higiene do local. Além de manifestações de protesto – a maior delas em 26 de junho, com 100 mil pessoas na Avenida Rio Branco – greves sacudiam São Paulo e Minas Gerais. Organizações de esquerda pregavam a luta armada contra o regime e, às vésperas do feriado de 7 de setembro, o deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, fez um discurso inflamado contra a violência da ditadura.

Os ministros militares cobraram uma atitude do Supremo Tribunal Federal, que passou a decisão ao Congresso; este, em 12 de dezembro de 1968, negou licença para processar Moreira Alves. Costa e Silva estava em Belo Horizonte e, ao saber da votação, convocou o



fazer legenda



Conselho Nacional de Segurança para o dia seguinte, 13 de dezembro, uma sexta-feira. Murilo Melo Filho, já então editor da *Manchete*, conta que o presidente chegou cedo ao Palácio das Laranjeiras e, embora fosse esperado por vários militares e políticos, não falou com ninguém.

Às 16h, recebeu os ministros e os chefes das Forças Armadas na sala de jantar, em volta da grande mesa. O texto do Ato Institucional nº 5 fora redigido pelo ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, e entre os 18 presentes a única voz discordante era a do vice-presidente da República, o liberal mineiro Pedro Aleixo. Este alegava que a Constituição dispunha do estado de sítio para fazer frente à crise. Conta-se que, durante sua fala, Gama e Silva o interrompeu, alegando que seus argumentos punham em dúvida a capacidade e a honradez do presidente da República para aplicar a medida. Ao que Aleixo teria replicado: “A gente sabe como uma ditadura começa, mas não como termina. Não desconfio da capacidade e da honradez do presidente Costa e Silva, e sim do guarda da esquina que vai aplicar o AI-5”.

Dessa reunião ficou famosa a expressão “às favas com os escrúpulos”, atribuída ao então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho (que chegou a virar título de uma peça de teatro de Juca de Oliveira). Em seu livro de memórias, *Um híbrido fértil* (1996), Passarinho conta assim o episódio: “(...) quando chegou minha vez de opinar, não me furtei às palavras comprometedoras. (...) Disse, sem medo de mostrar que está-



fazer legenda

O Salão Luís XIV foi o cenário do anúncio do AI 5, pelo ministro da Justiça, Gama e Silva (de óculos), e o locutor Presidência da República, Alberto Curi, na noite de 13 de dezembro de 1968. A mesa de mármore que serviu de bancada fica hoje no fumoir.

O Salão Luís XIV foi o cenário do anúncio do AI 5, pelo ministro da Justiça, Gama e Silva (de óculos), e o locutor Presidência da República, Alberto Curi, na noite de 13 de dezembro de 1968. A mesa de mármore que serviu de bancada fica hoje no fumoir.



vamos ingressando na ditadura: – A mim me repugna, senhor presidente, enveredar pelo caminho da ditadura, mas, já que não há como evitá-la, às favas os escrúpulos de consciência”. O fato é que todos, com exceção de Pedro Aleixo, assinaram o documento, e naquela noite o locutor oficial da Presidência da República, Alberto Curi, leu em rede nacional o texto do AI-5, que, entre outras medidas, acabava com o habeas corpus, instituía a censura e permitia à polícia prender por tempo indeterminado, sem mandado judicial.

Os protestos recrudesceram: parte dos opositores ao regime entendeu que, diante da repressão, das prisões e cassações, a resistência pacífica não era mais solução. Em maio de 1969, Costa e Silva quis extinguir o AI-5. Carlos Chagas foi convidado a assumir o cargo de assessor de imprensa da Presidência, e divulgar as medidas a serem tomadas. Em linhas gerais, seria uma nova Constituição que incorporava os atos institucionais, com a volta de alguns itens do regime democrático. Pedro Aleixo coordenava a redação do novo diploma legal.



Em 31 de agosto de 1969, porém, uma semana antes de a nova Constituição ser enviada ao Congresso, Costa e Silva foi vitimado por uma trombose que o afastaria do governo. Passou mal em Brasília e veio de avião para o Rio. Chegou ao Palácio das Laranjeiras envolto num cachecol, alegando estar afônico; na verdade, seu cérebro já não comandava os movimentos, e ele não conseguiu assinar o nome. Carlos Chagas, que depois relataria esses fatos no livro *113 dias de agonia*, conta que o neurologista Abraão Akerman, que atendeu o presidente, atribuiu a doença à tensão. “O consciente decidira acabar com o AI-5, mas no inconsciente ele era um general, e os generais eram contra a abertura. A saída foi o derrame”.

Embora vice-presidente, Pedro Aleixo não conseguiu ir ao Palácio das Laranjeiras. Ao chegar ao Rio de Janeiro, vindo de Brasília, foi detido e levado para o Palácio do Itamaraty, no Centro do Rio. Em vez de dar-lhe posse, como previa a Constituição, os ministros militares – almirante Augusto Rademaker, da Marinha, general Aurélio de Lyra Tavares, do Exército, e brigadeiro Márcio de Souza Melo, da Aeronáutica – assumiram o governo e fizeram do Palácio das Laranjeiras seu quartel-general. A vida nacional passou a girar em torno do palacete, onde ministros

fazer legenda



fazer legenda

e imprensa buscavam informações sobre a saúde do presidente e tentavam descobrir quais seriam as medidas da Junta Militar (que ficou no comando do país até 30 de outubro de 1969, quando transferiu o poder ao general gaúcho Emilio Garrastazu Médici).

Nos primeiros dias tentou-se uma aparência de normalidade, e tiravam-se fotografias para mostrar nos jornais a recuperação de Costa e Silva (que, embora não governasse, oficialmente não era ex-presidente). A tensão aumentou em 5 de setembro com o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, trocado dois dias depois por 15 presos políticos. Alegando motivos de segurança, a Junta Militar passou a se reunir de manhã no Palácio do Itamaraty e à tarde no Laranjeiras, onde Costa e Silva continuava seu tratamento médico, lúcido mas sem notícias da política nacional. Até o final do mês a Junta decretaria mais 12 atos institucionais – banindo brasileiros do território nacional (como os trocados pelo embaixador americano) e instituindo a pena de morte – enquanto trabalhava numa nova Constituição.

No fim de setembro a disputa pela Presidência era acirrada. O escolhido foi Emilio Garrastazu Médici, até então pouco expressivo mas talvez o único nome de consenso. No dia 7 de outubro de 1969, o general Antônio Carlos da Silva Muricy, um dos líderes do golpe de 1964, foi ao Laranjeiras dar a notícia ao já então ex-presidente, que morreria a 17 de dezembro, 48 dias depois da posse de Médici. Segundo Carlos Chagas, nesse interregno Costa e Silva recebeu um recado: deveria mudar-se para o Palácio Rio Negro, em Petrópolis, pois o novo presidente da República ocuparia a residência oficial. “Foi um constrangimento, mas nesse meio tempo ele faleceu”, comenta o jornalista.

Médici hospedava-se no Laranjeiras quando vinha ao Rio mas nunca despachava lá, e as reuniões políticas não aconteciam como antes. No segundo semestre de 1972, começaram as articulações para a sucessão, que ocorreria no ano seguinte. O presidente preferia Orlando Geisel, seu ministro do Exército, que recusou a indicação. Outros nomes eram ventilados e, no primeiro semestre de 1973, chegou-se ao general Ernesto Geisel, presidente da Petrobras e irmão de Orlando. Para Médici, ele só tinha um defeito: ser ligado ao general Golbery do Couto e Silva (que



Recém empossado, em novembro de 1969, o presidente Garrastazu Médici, visitou Costa e Silva, abrigado no Palácio desde que adoecera. Conta-se que o Médici pediu ao ex-presidente para mudar-se de lá e deixar o imóvel a sua disposição, mas Costa e Silva morreria um mês depois da visita.

Recém empossado, em novembro de 1969, o presidente Garrastazu Médici, visitou Costa e Silva, abrigado no Palácio desde que adoecera. Conta-se que o Médici pediu ao ex-presidente para mudar-se de lá e deixar o imóvel a sua disposição, mas Costa e Silva morreria um mês depois da visita.

viria a ser o homem forte de seu mandato, como chefe da Casa Civil).

Ronaldo Costa Couto narra um encontro no palácio, definidor do futuro do país. “Médici chamou seu chefe de Gabinete Militar, o general João Batista Figueiredo, para saber se Geisel e Golbery ainda eram aliados. Figueiredo percebeu que, se dissesse sim, inviabilizaria a candidatura, e respondeu que os dois estavam afastados. Essa foi a maior mentira de sua vida, uma mentira política. E em 7 de outubro de 1973, no Palácio das Laranjeiras, Médici comunicou a Geisel que ele seria o próximo presidente da República”.





Disposto a realizar uma “abertura lenta e gradual”, Ernesto Geisel promoveu a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e, além das medidas jurídicas e políticas, tomou uma decisão simbólica: o presidente da República não teria mais residência oficial no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal e futura capital do novo estado. Com isso, o Palácio das Laranjeiras transformava-se em residência oficial do governador da novíssima unidade da Federação, e o primeiro a desfrutar da decisão foi o almirante Floriano Faria Lima, amigo e confidante de Geisel, escolhido em eleição indireta.

Marieta de Moraes Ferreira acredita que a intenção era reequilibrar a Federação com um estado que fizesse frente a São Paulo, que já tinha a liderança econômica. “O novo estado precisava de símbolos fortes e, ao mesmo tempo, a antiga capital federal devia perder seus símbolos. O Palácio das Laranjeiras era ideal para esse projeto”, teoriza ela. Costa Couto, coordenador da equipe responsável pela criação do novo estado, concorda. “Talvez fosse o principal projeto geopolítico de Geisel. Por isso escolheu Faria Lima para governador, um almirante comprometido com a abertura”.

Humberto Barreto, assessor de imprensa de Geisel, lembra que ele adorava viver no Rio mas tinha como meta levar a administração federal para Brasília. “Ele dizia que não inventara a nova capital; no entanto, se a recebera como presidente, lá deveria viver”. Acabado seu mandato, em 15 de março de 1979, Geisel voltou a morar no Rio (e em Teresópolis, na região serrana do estado) até morrer, em 13 de setembro de 1996. Seu corpo foi velado no Palácio das Laranjeiras, ocupado à época pelo governador Marcello Alencar.



A família de Fernando Collor de Mello morou no Parque Guinle, e ele cresceu “tendo o Palácio das Laranjeiras como horizonte”. Em seu



Os presidentes do Brasil, Fernando Collor (com Rosane) e George Bush (com Bárbara) durante a Eco-92. Bush comemorou seus 68 anos no Palácio.

Os presidentes do Brasil, Fernando Collor (com Rosane) e George Bush (com Bárbara) durante a Eco-92. Bush comemorou seus 68 anos no Palácio.

mandato na Presidência da República, ali se hospedou uma vez, durante a Eco-92, encontro mundial de governantes e instituições para debater o futuro do planeta. Leonel Brizola era governador e lhe cedeu a casa. As reuniões aconteciam no Riocentro, mas a 12 de junho Collor recebeu no Laranjeiras o presidente dos Estados Unidos, George Bush, que completava 68 anos. “Foi um jantar pequeno, a que compareceram Roberto Marinho com dona Lily, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o secretário de Meio Ambiente, José Goldemberg, além de Brizola com dona Neuza. Após o jantar, Simone cantou para nós na sala de visitas”, recorda o hoje senador por Alagoas.

Segundo Collor, na ocasião Leonel Brizola o chamou à biblioteca para mostrar uma perfuração na vidraça de uma das janelas. “Recomendou-me não chegar perto daquela área porque o furo era resultado de bala perdida, e disse que pretendia blindar a sala. Mas, naqueles dias, eu saía andando pelos salões e jardins, lembrando os fatos históricos que ocorreram ali”. Outra lembrança divertida que ele traz desse encontro é o comentário do governador sobre o painel pintado no teto da galeria, e visível da sala de jantar, onde aparecem



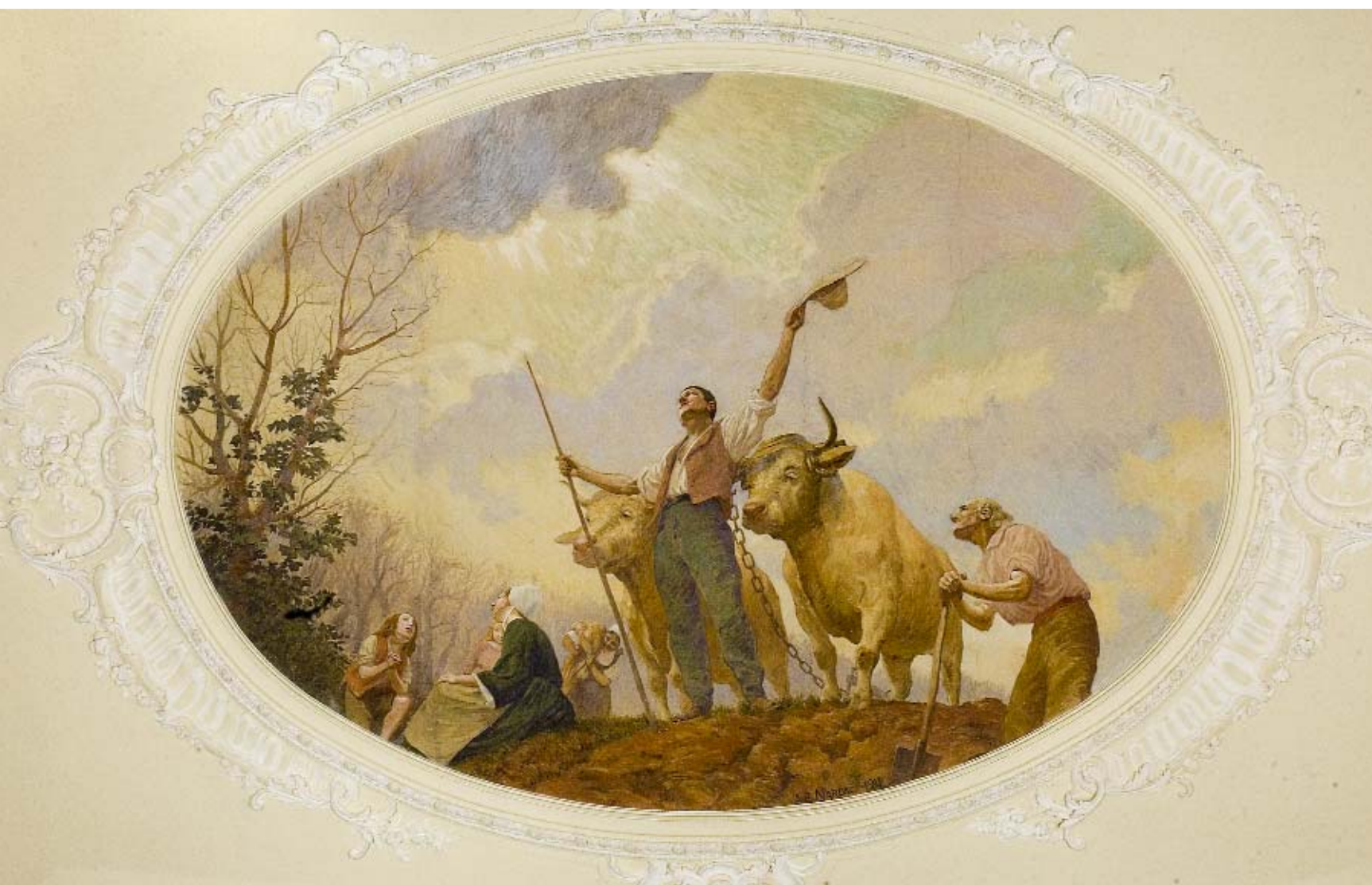
Hino da Terra ao Sol, de A. Nardac. Segundo o governador Leonel Brizola, o touro não é de raça encontrada no Brasil.

Hino da Terra ao Sol, de A. Nardac. Segundo o governador Leonel Brizola, o touro não é de raça encontrada no Brasil.

camponeses com seus bois, fazendo uma oração de agradecimento por alguma graça recebida. Apontando para a pintura do francês Nardac, Brizola afirmou para o presidente: “Esses bois não são brasileiros”. Criador de gado no Uruguai, o gaúcho certamente sabia do que estava falando.



Apesar de ter feito sua vida profissional e política em São Paulo, Fernando Henrique Cardoso é carioca e se encantou com o Laranjeiras desde a infância. Só entrou lá, porém, no início dos anos 1980, quando



Brizola era governador e a campanha pelas Diretas Já estava nas ruas. Em seu primeiro mandato presidencial, de 1995 a 1998, FHC ficava no palácio quando vinha ao Rio, pois o governador Marcello Alencar não morava lá. “Eu gostava muito porque é bem central, dispõe de um parque bonito e é razoavelmente confortável. Exibe o sonho de se criar no Rio de Janeiro um estilo belle époque. Como sempre ocorre nesses casos, produz mais uma mistura de estilos do que soluções harmoniosas, mas não deixa de ser interessante”.

Embora recebesse lá os assessores mais próximos, Fernando Henrique não se lembra de ter discutido ou tomado decisões importantes no palácio. “Eu o ocupava por apenas dois ou três dias, quase sempre com atividades mais sociais que administrativas, ainda que algumas reuniões tivessem alcance político”, lembra. Numa delas, que o emocionou, recebeu Ernesto Geisel. “Eu o combati, mas, a despeito das discrepâncias que tivemos, ele mostrava compostura e compromisso genuíno com o desenvolvimento do país, à moda de sua época”. FHC se recorda também da visita de João Paulo II ao Laranjeiras, em 1997. Descontente com o isolamento da sede da Arquidiocese do Rio, no Sumaré, o papa aproveitou a ida ao palácio para burlar o esquema de segurança: no caminho, baixou o vidro blindado do carro e cumprimentou as pessoas que o saudavam na rua.

Segundo contam dois funcionários antigos do palácio, Nereu de Andrade e Edson Barbosa, os preparativos para a visita começaram um mês antes. Eram 33 convidados, entre a família do presidente Fernando Henrique Cardoso (dona Ruth, os filhos e os netos), cinco governadores (Marcello Alencar, do Rio; Eduardo Azeredo, de Minas Gerais; Tasso Jereissati, do Ceará; Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte, e Albano Franco, de Sergipe), além dos ex-presidentes Itamar Franco e José Sarney. “Foi um bom momento, em que presidente e ex-presidentes se juntaram sem agressividade e com respeito”, comenta FHC. Além das autoridades, duas funcionárias católicas foram à reunião, e “o jeito cativante do papa desfez, pouco a pouco, o temor reverencial dos momentos iniciais”.

Como sociólogo, ele acredita que a visita do papa juntamente com o período do governo JK ficaram como as marcas mais amenas do



Papa João Paulo II e o presidente Fernando Henrique Cardoso, com dona Ruth Cardoso, em 1997.

Papa João Paulo II e o presidente Fernando Henrique Cardoso, com dona Ruth Cardoso, em 1997.



Palácio das Laranjeiras. Já os fatos de maior destaque político foram os dias finais de João Goulart e “a mancha que o AI-5 deixou naquele espaço”. Sua melhor lembrança do Laranjeiras, porém, remete aos netos: “Foi o deslumbramento deles com o que mais se aproxima, no Brasil, de um verdadeiro ‘palácio’, cheio de cantos inesperados e de pianos, móveis, tapetes e quadros fora do comum”.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve pela primeira vez no Laranjeiras em princípios de 1984, quando participava dos comícios da campanha pelas Diretas Já, ao lado de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e outros políticos. No entanto, só passaria a freqüentá-lo com mais assiduidade em 2007, já no segundo mandato, quando Sérgio Cabral assumiu o governo e adotou uma política de boas relações entre estado e União.



Essa proximidade ficou evidenciada logo no início de sua gestão: em 18 de janeiro de 2007, menos de um mês após a posse, Cabral recebeu Lula no palácio, onde assinaram o contrato para urbanização da favela da Rocinha, uma das maiores do país, encravada entre os bairros da Gávea e São Conrado. Na ocasião, o governador formalizou ao presidente o convite para usar o Laranjeiras sempre que viesse ao Rio.

Três semanas depois, em 6 de fevereiro de 2007, Lula voltou ao palácio para assinar novo convênio de cooperação, agora para a construção do arco rodoviário na região metropolitana da capital. O presidente declarou-se “feliz por ter uma relação amigável com o governador”, o que facilita o estabelecimento de parcerias. Lula esteve pela terceira vez no palacete do Parque Guinle em 7 de março de 2007, quando a primeira-dama, Adriana Ancelmo, lançou a Organização Não-Governamental Rio Solidário, para desenvolver programas de proteção às mulheres e crianças vítimas de violência doméstica. E novamente o governador reafirmou o desejo de que o presidente Lula se hospede ali quando de suas visitas à cidade.

O presidente Lula selou sua aliança com o governador Sérgio Cabral do Palácio das Laranjeiras, nos primeiros dias de 2007.

O presidente Lula selou sua aliança com o governador Sérgio Cabral do Palácio das Laranjeiras, nos primeiros dias de 2007.





4. *A casa dos governantes fluminenses*

fazer legenda
desta pág e da
pág ao lado
(bem curtas)

O almirante Floriano Faria Lima foi o primeiro governador a morar no Palácio das Laranjeiras. Em outubro de 1974, após a eleição indireta, se mudou para lá, embora só tenha assumido o cargo em março de 1975. Até então, a cúpula da equipe responsável pela fusão trabalhava no palácio. “Falou-se em apoio financeiro, que não veio como esperado, mas Faria Lima, amigo e confidente de Geisel, tinha compromisso com a abertura política”, conta Ronaldo Costa Couto, coordenador da fusão.

Faria Lima era metódico. Ao acordar, passeava pelos jardins, comia mangas à sombra das árvores e, às 7h40, saía para o Palácio Guanabara. Às 17h fazia o caminho inverso. Não despachava no Laranjeiras e recebia muito pouco. Geisel ia sempre lá, nunca, porém, em visita oficial. “O presidente prezava os rituais, e o Laranjeiras era a residência de seu amigo”, ressalta Costa Couto.

Em seu segundo mandato, entre 1979 e 1982, Chagas Freitas encontrou o palácio em péssimo estado de conservação, e ali foi residir instado por seu partido, o MDB, como conta sua viúva, dona Zoé. “Dizia-se que o presidente recém-eleito, João Batista Figueiredo, ia retomá-lo para a União. Antes de morar lá, tivemos que fazer obras, pois não havia alojamento para os empregados. Eles dormiam e comiam no



fazer legenda



O governador Chagas Freitas (de terno claro), e sua mulher, dona Zoé (à direita) com o empresário Adolpho Bloch (ao lado do governador) e participantes do 6º Congresso Latino-Americano do Conselho Internacional de Mulheres Judias. O Palácio acabara de ser reformado e a escultura A Sabedoria protegendo a Inocência contra o Amor, de Joseph Chinard, dominava o Salão Império.

O governador Chagas Freitas (de terno claro), e sua mulher, dona Zoé (à direita) com o empresário Adolpho Bloch (ao lado do governador) e participantes do 6º Congresso Latino-Americano do Conselho Internacional de Mulheres Judias. O Palácio acabara de ser reformado e a escultura A Sabedoria protegendo a Inocência contra o Amor, de Joseph Chinard, dominava o Salão Império.



Leonel Brizola, governador do Estado do Rio duas vezes, não morou no Palácio das Laranjeiras, mas dava audiências lá.

Leonel Brizola, governador do Estado do Rio duas vezes, não morou no Palácio das Laranjeiras, mas dava audiências lá.

porão”. Foi dona Zoé quem restaurou o imóvel para deixá-lo como no tempo dos Guinle.

“Havia rachaduras e o telhado foi refeito. Só depois começou a restauração artística, orientada por Augusto Rodrigues e Abelardo Zaluar, da Escolinha de Arte do Brasil, onde eu era arte-educadora. Depois, vieram especialistas do estado e até estrangeiros, mas boa parte dos artesãos foi recrutada entre os funcionários do palácio, que aprenderam rápido como fazer. Mais tarde, fiz estágio em Versalhes para completar a restauração. Afinal, o Laranjeiras possui a maior coleção de esculturas da belle époque fora da França, com muitas peças de Émile Guillaume, Georges Gardet e outros”, revela dona Zoé.

O governador Chagas Freitas nunca recebeu lá. “Durante quatro anos, aquilo foi um canteiro de obras”, justifica ela. Em compensação, a primeira coisa que seu marido fazia diariamente, mal acordava, era sentar-se debaixo da enorme mangueira, junto à escadaria da entrada principal, e ficar chupando mangas indianas, de coloração avermelhada – a mais saborosa dentre todos os vários tipos de mangas do jardim, segundo o Sr. Nereou.

Eleito em 1982, Leonel Brizola manteve seu apartamento de Copacabana. “Ele tinha temores políticos e receava se expor. Dizia que o preá é caçado porque passa sempre pelo mesmo caminho. Mas deixava uma muda de roupa aqui”, conta um funcionário antigo. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso lembra de ter se reunido lá com o governador Tancredo Neves, o deputado Ulysses Guimarães e outros políticos no início de 1984, na campanha pelas Diretas Já. Em seu segundo mandato, mesmo com a democracia consolidada, Brizola não residiu no palacete.

Wellington Moreira Franco, eleito em 1986, mudou-se para o Laranjeiras em março do ano seguinte e lá morou todo o tempo de seu mandato, por acreditar que “não há vida privada para quem opta pela vida pública”. O PMDB vencera em quase todos os estados, e a 17 de outubro de 1987 os governadores se reuniram no palácio a fim de coordenar os projetos para a Constituição a ser elaborada pelo Congresso. “Estavam Miguel Arraes (Pernambuco), Tasso Jereissati





Em outubro de 1987, o governador Wellington Moreira Franco (ao centro) recebeu todos os governadores do PMDB no Palácio das Laranjeiras.

Em outubro de 1987, o governador Wellington Moreira Franco (ao centro) recebeu todos os governadores do PMDB no Palácio das Laranjeiras.

(Ceará), Waldir Pires (Bahia), Newton Cardoso (Minas Gerais), Orestes Quércia (São Paulo), Pedro Simon (Rio Grande do Sul) e Fernando Collor (Alagoas), entre outros. O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, do PMDB, também compareceu. Havia divergências, mas da reunião saiu nota de apoio aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Collor, que já tinha pretensões maiores e queria se afastar de Sarney, foi o único a não assinar a nota”, afirma Moreira Franco.

Fernando Collor de Mello tem outra versão: o apoio aos cinco anos de mandato de Sarney não estava na pauta da convocação aos governadores. Por isso não assinou o documento, e emitiu nota à parte. “Funcionários do palácio tentaram impedir Cláudio Humberto, meu assessor de imprensa, de redigir a nota, mas ele a levou aos jornalistas que cobriam o evento”, explica o ex-presidente. Ele nega que já pensasse na Presidência da República: “Não estava em meus planos naquele momento”.



fazer legenda

Segundo conta o ex-governador do estado do Rio, após a posse de Collor, em 1990, o presidente de Cuba, Fidel Castro, que viera para a cerimônia, jantou no Laranjeiras antes de embarcar do Rio de volta para Havana. “Reuni intelectuais e empresários, e diante deles Fidel expressou sua admiração com o confisco da poupança pelo governo. E dizia: ‘Ele faz isso legitimado por uma eleição. Eu, que fiz uma revolução, tomei o poder pelas armas, não teria coragem nem condições para adotar tal medida’”.

Eram comuns essas reuniões de Moreira Franco com intelectuais, jornalistas e editores de livros, com os quais trocava idéias sobre temas



Os governadores Moreira Franco (Rio de Janeiro) e Miguel Arraes (Pernambuco) na reunião do Palácio das Laranjeiras.

Os governadores Moreira Franco (Rio de Janeiro) e Miguel Arraes (Pernambuco) na reunião do Palácio das Laranjeiras.



Anthony e Rosinha Garotinho ocuparam o Laranjeiras por 8 anos, pois ambos foram governadores do Estado do Rio.

Anthony e Rosinha Garotinho ocuparam o Laranjeiras por 8 anos, pois ambos foram governadores do Estado do Rio.



da agenda cultural e política do país. O advogado Sérgio Bermudes, a arquiteta Janete Costa, o editor Sérgio Lacerda, o cientista social Hélio Jaguaribe, o crítico literário Eduardo Portela e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então senador (PMDB/São Paulo), estavam entre os mais constantes. “O período foi turbulento do ponto de vista político e econômico. Havia o processo de redemocratização, o governo de transição do presidente José Sarney, com uma constituinte em andamento e uma crise econômica que chegou à hiperinflação. Tudo isso era conversado, junto com os acontecimentos culturais da época”, lembra o ex-governador, que chegou a transferir para o palácio uma pequena biblioteca pessoal. Moreira também fazia projeções de filmes na antiga galeria de arte, transformada em sala de cinema. “Os filmes eram cedidos pelo Harry Stone, representante da Motion Pictures Association no Brasil”, completa ele.

Marcello Alencar, governador entre 1995 e 1999, não quis residir no Laranjeiras, e o cedia quando o presidente Fernando Henrique Cardoso visitava o Rio. Anthony Garotinho, que sucedeu Alencar, foi eleito pelo PDT e tomou posse em 1º de janeiro de 1999, mudando-se no mesmo dia para o palácio, com seus sete filhos. Logo depois adotou mais uma menina, Clara. “A ala social era interdita às crianças”, conta um funcionário.



A reunião em que Garotinho rompeu com o PT, partido da vice-governadora Benedita da Silva, a quem se aliara na eleição, aconteceu lá, em 12 de abril de 2000. A crise vinha desde o segundo semestre de 1999, e ao encontro compareceram José Dirceu (PT-SP), Benedita, o presidente do PT no estado do Rio, deputado Carlos Santana, e o presidente do PDT, Carlos Lupi. Segundo este, embora o governo estadual fosse compartilhado, os deputados estaduais do PT faziam oposição ao governador. A aliança foi desfeita, e os petistas deixaram os postos no Estado, menos Benedita da Silva, que alegou ter cargo eletivo e não de confiança. Ela morou no palácio nos nove meses em que ocupou o governo, de abril a dezembro de 2002. Em janeiro de 2003 o casal Garotinho retornou ao Laranjeiras, pois Rosinha fora eleita no primeiro turno, e ali permaneceu até o fim do mandato dela, em dezembro de 2006.

Benedita da Silva foi governadora durante oito meses, em 2002, e morou no Palácio.

Benedita da Silva foi governadora durante oito meses, em 2002, e morou no Palácio.

